



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**RECIFE/PE
MARÇO/2014**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado ao Órgão de Controle Externo Federal, sob a supervisão do sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, na forma de Prestação de Contas Anual a que estão sujeitos todos os Órgãos da Administração Pública Federal, nos termos do Art. 70 da Constituição Federal, elaborado em conformidade com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, além das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

RECIFE/PE
MARÇO/2014

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

AGU – Advocacia Geral da União

ANP – Academia Nacional de Polícia

CGU – Controladoria Geral da União

CEF – Caixa Econômica Federal

DPF – Departamento de Polícia Federal

DPF/CRU/PE – Delegacia de Polícia Federal em Caruaru

DPF/SGO/PE – Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro

DELEMIG/DREX/SR/DPF/PE – Delegacia de Imigração

DELESP/DREX/SR/DPF/PE – Delegacia de Segurança Privada

DELEPREV/DREX/SR/DPF/PE – Delegacia de Crimes Previdenciários

DG/DPF – Direção Geral da Polícia Federal

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

FIFA – Federação Internacional de Futebol Associação

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOA – Lei Orçamentária Anual

MPF – Ministério Público Federal

MPE – Ministério Público Estadual

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

SIGEPOL – Sistema de Gestão Policial

SR/DPF/PE – Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco

SELOG/SR/DPF/PE – Setor de Administração e Logística Policial da Superintendência Regional

SRH/SR/DPF/PE – Setor de Recursos Humanos da Superintendência Regional

SETEC/SR/DPF/PE – Setor Técnico e Científico da Superintendência Regional

SSP/PE – Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco

SPU – Secretaria do Patrimônio da União

REF – Registro Eletrônico de Frequência

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia de Informação

UJ – Unidade Jurisdicionada

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

CIGE - Centro Integrado de Gestão Estratégica

e-LOG – Sistema Eletrônico de Logística

COF – Coordenação de Orçamento e Finanças

DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial

UCI – Unidade de Controle Interno

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E DECLARAÇÕES

Quadro A.1.1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual	15
Organograma Funcional da SR/DPF/PB	30
Tabela I - Macroprocessos Finalísticos.....	33
Tabela II - Macroprocessos de Apoio.....	35
Tabela III - Avaliação do Plano de Metas.....	42
Quadro A.3.2 – Avaliação dos Sistemas de Controles Internos da UJ.....	47
Quadro A.4.1.1.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	56
Quadro A.4.1.2.1 – Despesa por Modalidade de Contratação - Créditos Originários Exec. na UJ...53	
Quadro A.4.1.2.2 – Despesa por Grupo Elemento de Despesa - Créditos Originários Exec. na UJ.57	
Quadro A.4.2 – Situação de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	60
Quadro A.4.3.1 – Despesas Realizadas com Cartão de Crédito Cooperativo (Série Histórica).....	61
Quadro A.4.3.2 – Despesas Cartão de Crédito Cooperativo por UG e por Portador.....	62
Quadro A.4.3.3 – Prestação de Contas Suprimento de Fundos (SF).....	62
Quadro A.5.1.1 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ - Situação em 31/12.....	63
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ - Situação em 31 de dezembro.....	65
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12.....	65
Quadro A.5.1.3 – Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Aanteriores.....	66
Quadro A.5.1.4 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31 de dezembro...67	
Quadro A.5.2.1 – Contratos de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva.....	67
Quadro A.5.2.2 – Contratos de Prestação de Serviços Locação de Mão de Obra.....	68
Quadro A.5.2.3 - Composição do Quadro de Estagiários.....	69
Tabela IV - Valores Gastos com Combustíveis no Exercício.....	72

Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	73
Quadro A.6.2.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Tereceiros.....	74
Quadro A.6.2.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União Responsabilidade da Unidade.....	75
Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jursidicionada.....	75
Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	80
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Enérgia Elétrica e Água.....	82
Quadro A.9.1.12 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR.....	84
Quadro A.9.2 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	85
Quadro A.11.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis no exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	87
Tabela V – Operações Policiais, Demonstração dos Resultados e Objetivos.....	88
Tabela VI – Operações Policiais Realizadas pelo CICOR e Resultados Alcançados.....	97
Tabela VII - Produtividade do Setor de Perícias Criminais.....	89
Tabela VIII– Produtividade de DELEMIG/SR/DPF/PE.....	90
Tabela IX– Produtividade de DELESP/SR/DPF/PE.....	90

SUMÁRIO

INTRUDUÇÃO.....	10
1 PARTE A ITEM 1 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.....	15
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	15
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	15
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	17
1.2.1 Competência Institucional.....	17
1.2.2 Ampliação das Atribuições.....	17
1.2.3 Os Podes da Constituição Federal de 1946.....	18
1.2.4 O Policiamento Provisório na Futura Capital Federal do Brasil.....	18
1.2.5 A Reorganização do DFSP.....	19
1.2.6 A Reforma Administrativa e a Instituição do Departamento de Polícia Federal.....	20
1.2.7 A Denominação Polícia Federal.....	20
1.2.8 Datas Comemorativas.....	20
1.2.9 Negócio.....	21
1.2.10 Missão.....	21
1.2.11 Visão de Futuro.....	21
1.2.12 Valores.....	21
1.2.13 Fatores Críticos de Sucesso.....	21
1.2.14 Políticas Corporativas.....	21
1.2.15 Macro Objetivos.....	23
1.2.16 Objetivos Estratégicos.....	24
1.2.17 Análise do Plano Estratégico em Andamento na Unidade.....	28
1.2.18 Análise do Plano de Ação Referente ao Exercício de 2013.....	29
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	30
1.3.1 Superintendente Regional.....	30

1.3.2	Delegacia Regional Executivo.....	31
1.3.3	Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado.....	31
1.3.4	Corregedoria Regional de Polícia Federal.....	31
1.3.5	Setor Técnico Científico.....	31
1.3.6	Setor de Administração e Logística Policial.....	31
1.3.7	Setor de Recursos Humanos.....	32
1.3.8	Delegacia de Polícia Federal em Caruaru.....	32
1.3.9	Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro.....	32
1.4	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	32
1.5	MACROPROCESSOS DE APOIO.....	35
1.6	PRINCIPAIS PARCEIROS.....	38
2	PARTE A ITEM 2 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.....	38
2.	PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	38
2.1	Planejamento da Unidade.	38
2.2	Estratégia de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos.....	39
2.3	Execução do Plano de Metas.....	42
2.4	Indicadores.....	44
3	PARTE A ITEM 3 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.....	46
3.	ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	46
3.1	Estrutura de Governança.....	46
3.2	Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	47
3.3	Sistema de Correições.....	51
3.4	Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	54
3.5	Indicadores Para Monitoramento e Avaliação do Modelo dos Controles Internos.....	54
4	PARTE A ITEM 4 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.....	54
4.	TÓPICO ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	54
4.1	Execução das Despesas.....	54

4.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	56
4.1.2 Realização da Despesa.....	57
4.2 Movimentação e Saldo de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	60
4.3 Suprimento de Fundos.....	61
5 PARTE A ITEM 5 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.....	62
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	62
5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade.....	63
5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	67
6 PARTE A ITEM 6 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.....	72
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	72
6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	70
6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	73
7 PARTE A ITEM 7 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.....	75
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO...75	
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	75
8 PARTE A ITEM 8 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.....	79
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	80
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	80
8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	82
9 PARTE A ITEM 9 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.....	83
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.82	
9.1 Declaração de Bens e Rendas Estabelecido na Lei 8.730/93.....	84
9.2 Alimentação SIASG e SICONV.....	85
10 PARTE A ITEM 10 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.....	86
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	86
11 PARTE A . ITEM 11 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.....	86

11.1 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	86
11.1.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	86
11.1.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.....	87
12 PARTE A ITEM 12 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.....	87
12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES.....	87
12.1.1 Realizações de Natureza Operacional.....	87
12.1.2 Gestão com Qualidade e Perspectivas de Melhorias nos Controles Internos.....	90
12.1.3 Programa Carbono Neutro.....	91
12.1.4 Implantação de Sistemas e Processos Eletrônicos.....	92
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	93

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco relativo ao exercício financeiro de 2013, de acordo com as disposições gerais contidas na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, e nas disposições específicas para o ano exercício de 2013 conforme Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e Portaria TCU nº 175/2013, além das orientações do órgão de controle interno do Poder Executivo Federal explicitadas por meio da Portaria CGU-PR nº 133/2013.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma seqüencial segundo os itens relacionados na Parte “A” do Anexo II, da DN TCU nº 127/2013 que se aplicam à Unidade Jurisdicionada e que tiveram ocorrência durante o exercício, quais sejam: Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada cuja Gestão Compõe o Relatório; destacando a finalidade e competências institucionais, apresentação do organograma funcional, macroprocessos finalísticos, principais macroprocessos de apoio às competências, principais parceiros internos e externos; Planejamento e Resultados Alcançados; incluindo as informações gerais sobre a gestão e o planejamento, a programação orçamentária e financeira e os resultados alcançados; Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão; com destaque para estrutura orgânica de controle, sistema de correção e avaliação dos riscos que poderiam prejudicar o alcance dos objetivos estratégicos; Tópicos Especiais Sobre a Execução Orçamentária e Financeira; incluindo as informações sobre a Execução da Despesa, movimentação de saldos de restos a pagar de exercícios anteriores, e suprimento de fundos; Gestão de Pessoas, Terceirização de mão-de-obra e Custos Relacionados; incluindo a estrutura de pessoal da unidade, terceirização de mão-de-obra e contratação de estagiários; Gestão do Patrimônio Imobiliário; com destaque para gestão da frota de veículos e imóveis locados de terceiros; Gestão de Tecnologia da Informação; Gestão dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental; com destaque para a política de separação de resíduos recicláveis descartados; Conformidade e Tratamento das Disposições Legais e Normativas; com destaque para as deliberações exaradas em Acórdãos do TCU e o tratamento de recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno; Relacionamento com a Sociedade; Informações Contábeis; e Outras Informações Sobre a Gestão.

Os itens referentes à reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; informação sobre transferência mediante convênio, contrato de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos; informações sobre renúncia tributária; parecer de auditoria independente; demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda; informações sobre as contratações de consultores na modalidade “produto”; avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos; não se aplicam à unidade ou não tiveram ocorrência no exercício, portanto, foram excluídos do corpo do relatório com a respectiva repercussão na numeração seqüencial dos itens enumerados na Decisão Normativa.

Fato similar ocorreu em relação a alguns quadros de itens contemplados neste relatório de gestão, a exemplo da Programação de Despesas Correntes e de Capital; Quadro Resumo da Programação de Despesas; Relação dos Programas e Ações de Responsabilidade da Unidade; Demonstrativo do Quantitativo de Terceirizados Irregulares na Administração da Unidade e Providências Adotadas para sua Regularização; Relação dos Programas e Ações de Responsabilidade da Unidade e Outras Informações Consideradas Relevantes para a Unidade; que também não se aplicam à natureza da Superintendência Regional, ou não tiveram ocorrências no período, ou ainda são executados exclusivamente pelo Órgão Central do Departamento de Polícia Federal a que está subordinado essa UG.

Os quadros referentes à programação orçamentária originária das despesas, previstos na Portaria TCU nº 175/2013, são realizados apenas pela Coordenação de Orçamentos e Finanças do DPF e não foram incluídos no presente Relatório. A SR/DPF/PE opera apenas na execução orçamentária de créditos recebidos por movimentação. Sendo assim, os quadros previstos nos tópicos especiais de execução orçamentária e financeira que se referem a operações que necessitam serem demonstradas e avaliadas de forma consolidada, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central ao qual esta Unidade se vincula, posto que os dados sobre previsão física e financeira inicial dos Programas e Ações, percentagem de execução, comentários gerais e demais informações são preenchidas pelo gerente de cada Programa, conforme informações requeridas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN).

As principais realizações da gestão, no exercício de 2013, consistiram no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo sido realizadas onze (18) operações policiais de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, à lavagem de dinheiro, ao contrabando e descaminho, corrupção de servidores e agentes públicos, entre outros. Foram desenvolvidas ações de prevenção e repressão no sentido de preservar os bens, serviços e interesses da União, além da manutenção da política constante de combate e repressão à plantação e o comércio da maconha na região do vale do Rio São Francisco, conhecida com “polígono da maconha”.

O Estado de Pernambuco encontra-se localizado na região Nordeste do Brasil e tem como limites territoriais ao norte o Estado da Paraíba, cuja Capital é a cidade de João Pessoa, ao Noroeste o Estado do Ceará, cuja Capital é Fortaleza, ao Oeste o Estado do Piauí, cuja Capital é Teresina, ao Sudeste o Estado de Alagoas, cuja Capital é Maceió, ao Sul o Estado da Bahia, cuja Capital é Salvador e ao leste o Oceano Atlântico, tendo como destaque as praias urbanas de Boa Viagem, o Recife Antigo e cidade de Olinda, além das praias do litoral sul, com destaque para Porto de Galinhas, e do litoral norte, com destaque para Ilha de Itamaracá; sendo estes importantes pontos turísticos da Capital do Estado.

Com uma área de 98.311.614¹ Km² e uma população de 8.796.032², habitantes, correspondente a 4,61% da população nacional, têm uma taxa de densidade demográfica de 89,47 hab/km², tendo um PIB de R\$ 78,4 bilhões e uma renda per capita de R\$ 8.209³. O Estado tem como Capital a cidade de Recife, uma das mais importantes e antigas cidades do Brasil, a qual se destaca pela sua diversidade cultural e econômica, com destaque para o pólo médico, gastronômico, tecnológico (porto digital) é universitário. Conta com um aeroporto internacional e mais dois (02) aeroportos regionais em funcionamento, nas cidades de Caruaru e Petrolina, além do Porto de Suape e do Recife, os quais recebem os serviços de atendimento da Polícia Federal.

Como já enfatizado, para o ano de 2013 foram priorizadas pela gestão da SR/DPF/PE ações de combate ao crime organizado, em suas diversas modalidades, com destaque para o combate ao tráfico de entorpecentes, às atividades de grupos criminosos que atuam especialmente no assalto a bancos, além do combate sistemático às diversas formas de desvio de recursos públicos federais e de corrupção praticada por servidores públicos federais e estaduais. O desempenho das atividades da unidade administrativa, tanto no campo operacional como nas áreas meio, sofreram dificuldades consideráveis para realização dos seus objetivos, especialmente por conta das limitações orçamentárias introduzidas pelo Decreto nº 7.689/2012, a exemplo do estabelecimento de limites e

¹ Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Para%C3%ADba>, consultado em 10/03/2014.

² Dados do IBGE, Censo de 2010, consultado em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Para%C3%ADba>, em 10/03/2014.

³ Fonte IBGE para o ano de 2009

procedimentos para empenho de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício, cujos impactos repercutiram, sobretudo, nas áreas de atuação operacional aliando-se à crescente carência de servidores, tanto área policial como administrativa.

Os planos e projetos para o exercício de 2014 perpassam pelo planejamento integrado com os Órgãos Centrais e demais Unidades Descentralizadas, especialmente aquelas situadas na região Nordeste, do modo a executar de maneira eficaz e eficiente todo plano voltado ao Evento COPA DO MUNDO FIFA 2014, posto que a cidade de Recife é uma das sedes desse grande evento sediado no Brasil. Além disso, a contratação de novos servidores da carreira de apoio administrativo, por meio de concurso público, viabilizará implementação de medidas de otimização dos controles internos, visando racionalizar os recursos disponíveis, evitando-se o cometimento de impropriedades gerenciais, bem como melhorar a estruturação das unidades administrativas da SR/DPF/PE e das duas Delegacias a ela vinculadas

O trabalho em parceria com o Órgão de Segurança do Estado e outras Superintendências Regionais da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, também merece destaque uma vez que buscou combater o crime organizado em suas diversas modalidades, com destaque, como já dito, para o combate ao tráfico de drogas e de armas e ao desvio de recursos públicos federais e a corrupção de agentes do Estado, trabalho esse que culminou com a prisão de diversos envolvidos e a apreensão de armas e munições, além do bloqueio judicial de bens móveis e imóveis de alguns dos investigados.

Paralelamente, diversas realizações foram levadas a efeito durante o ano de 2013, com destaque para:

- Conclusão do Plano de Logística Sustentável com o envio ao Órgão Central de Planejamento do DPF para fins de consolidação no Plano Geral do DPF;
- Conclusão dos projetos básicos necessários à realização da licitação para contratação de projeto executivo tendo como finalidade a reforma estrutural do Edifício Sede da SR/DPF/PE.
- Gestão junto ao Órgão Central de Orçamento do DPF no sentido de aumentar o repasse de cotas orçamentárias para unidade uma vez que o custo crescente dos contratos de prestadores de serviço requer ação planejada quando à manutenção das condições orçamentárias que viabilize sua regular continuidade;
- Atuação integrada dos setores de gestão e fiscalização de contratos, ambos ligados ao Setor de Administração e Logística Policial – SELOG, com vistas à otimização dos custos e melhor desempenho dos serviços prestados em função dos contratos mantidos com empresas dos mais diversos ramos, tais como: telefonia, combustível, prestadores de serviço, manutenção de viaturas, aquisição de passagens aéreas, fornecimento de água/luz, refrigeração, etc.;
- Continuação da política de qualificação dos servidores desta Unidade por meio da participação em cursos desenvolvidos pela Unidade Sede, em Brasília, na ANP e na introdução da cultura de manualização de procedimentos nas diversas áreas de atuação da Polícia Federal, inclusive nas atividades de apoio, a exemplo de Roteiros Contábeis baseados em transações SIAFI;

- Melhoria da estrutura de TI com a aquisição de novos equipamentos de informática para atender demandas específicas do SETEC/SR/DPF/PE e dos postos de atendimento ao cidadão no aeroporto, além de outros setores estratégicos;
- Adesão à política de melhoria das contratações por meio da participação em licitações de âmbito nacional para contratações de serviços de aquisição de passagens áreas de âmbito nacional e internacional;
- Continuação da política de implementação de ações e medidas relacionadas à saúde dos servidores: atuação ativa do SRH, Assistência Social e do Núcleo de Educação Física, realização de cursos e palestras específicas;
- Manutenção das ações de capacitação de todos os servidores policiais quanto ao uso e manuseio de armas de fogo, bem como, de emprego de bastão retrátil e técnicas de imobilização, ministrado por instrutores desta Regional credenciados junto à Academia Nacional de Polícia - ANP;
- Manutenção de política de atuação preventiva da Corregedoria local, principalmente no que se refere a correições ordinárias e parciais de expedientes policiais, com substancial melhoria na qualidade dos Inquéritos Policiais;
- Manutenção da política de apoio e parceria operacional com diversos órgãos públicos federais, particularmente através do Núcleo de Operações, a exemplo do IBAMA, Justiça Federal, SPU, DEPEN, MPU, MPE e SSP/PE;
- Aprimoramento da política de melhoria constante no relacionamento com todos os Órgãos Públicos que mantêm contato com a Polícia Federal, tanto em relação a atos de Polícia Judiciária, quanto administrativa (dentre eles, Poder Judiciário Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual, Secretaria de Segurança, Secretaria de Justiça, OAB, CGU, TCU, Receita Federal, AGU, Forças Armadas, Forças de Segurança, ABIN, IBAMA, SPU, imprensa, CEF, Banco do Brasil, etc.);
- Manutenção da política de acompanhamento das atividades interna e externa por meio de várias comissões com o objetivo de melhorar o desempenho operacional nas áreas de fiscalização de produtos químicos, controle de segurança privada, registro de armas e munições, inventário, doação de bens, contratos, prestação de informações ao cidadão e atendimento ao requerente de passaporte;
- Manutenção da política de apoio às atividades de controles internos administrativos, com a designação de servidores qualificados para desempenho das tarefas de Conformidade de Gestão desta UJ, gestão de contratos e licitações, além do apoio à Coordenação de Contabilidade na difusão de boas práticas recomendadas pelo Órgão Central de Contabilidade do DPF;

- Manutenção da política de melhoria das atividades de fiscalização nas contratações de serviços nas áreas de engenharia civil e manutenção predial por intermédio da atuação do Grupo Técnico de Engenharia – GTED;
- Adoção de um plano de capacitações voltado ao treinamento de servidores que participaram do evento Copa das Confederações.

Assim é que esta Superintendência Regional terminou concentrando esforços no combate aos crimes de maior incidência no âmbito de sua circunscrição, quais sejam: desvios de verbas públicas, crimes contra a previdência e o meio ambiente, corrupção de agentes públicos, o tráfico de entorpecentes e assaltos a instituições financeiras.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal em sua competência Constitucional de ser a polícia judiciária da União, a produção de provas é o seu produto final, tanto para as ações proativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (investigações instauradas mediante portaria).

No ano de 2013, a SR/DPF/PE realizou 18 (dezoito) operações policiais de destaque local e/ou nacional, resultando no cumprimento de inúmeros mandados de prisões cautelares (flagrante, temporária e preventiva) e tantos outros mandados de busca e apreensão, conforme se ilustra de forma detalhada na seção do desempenho operacional deste relatório.

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 1.863 (hum mil, oitocentos e sessenta e três) Inquéritos Policiais, e foram relatados 1.596 (hum mil, quinhentos e noventa e seis), que representa 86% do total de Inquéritos instaurados.

Por último, no que tange às realizações de cunho operacional, cabe especial destaque à atuação do SR/DPF/PE na realização da segurança para os jogos realizados na Arena Pernambuco durante a COPA DAS CONFEDERAÇÕES no mês de Junho de 2013. Foram três jogos que demandaram um esforço de segurança e mobilização de recursos humanos e materiais, onde diversos setores da Superintendência, a exemplo do Setor da Administração e Logística Policial, teve que realizar inúmeras atividades adicionais voltadas a atender as demandas desse Grande Evento.

As principais dificuldades para realização dos objetivos estão diretamente ligadas às restrições orçamentárias e financeiras aliada à carência de pessoal em face dos trabalhos demandados, principalmente no âmbito das Delegacias no interior do Estado que não dispõem de efetivo de servidores suficientes para atender à demanda crescente, necessitando constantemente de aporte de pessoal por parte desta Superintendência.

1 PARTE A ITEM 1 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ–RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

<i>Poder e Órgão de Vinculação</i>			
<i>Poder: Executivo</i>			
<i>Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça</i>			<i>Código SIORG: 316</i>
<i>Identificação da Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Pernambuco</i>			
<i>Denominação abreviada: Polícia Federal em Pernambuco</i>			
<i>Código SIORG: 1219</i>	<i>Código LOA: Não se aplica</i>		<i>Código SIAFI: 200398</i>
<i>Situação: Ativa</i>			
<i>Natureza Jurídica: Órgão Público</i>			
<i>Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública</i>			<i>Código CNAE: 8424-8/00</i>
<i>Telefones/Fax de contato:</i>	<i>(081) 2137-4000</i>	<i>(081) 2137-4001</i>	<i>(081) 21374002</i>
<i>E-mail: sec.gab.srpe@dpf.gov.br</i>			
<i>Página na Internet: http://www.pf.gov.br</i>			
<i>Endereço Postal: Av. Martin Luther King, nº 321 – Recife Antigo, Recife – PE. CEP: 50.080-250</i>			
<i>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</i>			
<p><i>Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>- Dec. 56.510, de 28/06/65, DOU. 138, de 22/07/65.</i> <i>- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.</i> <i>- Dec. 77.649, de 19/05/76, DOU. 097, de 24/05/76</i> <i>- Transformada em Superintendência Regional pelo Dec. 70.665/72, DOU. 104/72</i> <p><i>FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.</i></p>			
<i>Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</i>			

- Decreto nº 6.061, de 15/03/2007.
- Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o Regimento Interno do DPF.
- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15/06/2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia federal e as atribuições de seus dirigentes, tendo sido alterada pela IN Nº 17/2008-DG/DPF e pela IN Nº 39/2010-DG/DPF.
- Portaria nº 527/64, BS. 245, de 24/12/64, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Publicação da Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico (intranet.dpf.gov.br/srpe), a partir do dia 16 de novembro de 2011, aniversário da Polícia Federal. O referido instrumento foi publicado com a finalidade de promover a divulgação dos serviços mais relevantes prestados ao público interno pela área de recursos humanos da Polícia Federal, bem assim proporcionar conhecimento dos demais serviços e processos disponíveis dentro do Órgão que são de interesse do servidor. A iniciativa facilitará o acesso do usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de Serviços ao Servidor é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>
200398	<i>Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco</i>

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>
00001	<i>Departamento de Polícia Federal (TESOURO)</i>

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

<i>Código SIAFI da Unidade Gestora</i>	<i>Código SIAFI da Gestão</i>
200398	00001

Fonte: SIAFI

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

Conforme Portaria nº 1.735/2010-DG/DPF, de 03 de novembro de 2010, a qual aprova o Plano Estratégico 2010/2022, o Portfólio Estratégico e o Mapa Estratégico da Polícia Federal, e dá outras providências está assim composto:

- I – Histórico;
- II – Negócio;
- III – Missão;
- IV – Visão;
- V – Valores;
- VI – Fatores Críticos de Sucesso;
- VII – Políticas Corporativas;
- VIII – Macro Objetivos;
- IX – Objetivos Institucionais; e
- X – Ações Estratégicas.

1.2.1 Competência Institucional

A Polícia Federal tem sua origem na Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, criada por D. João VI, em 10 de maio de 1808, com as mesmas atribuições que tinha em Portugal, quando, na oportunidade, foi designado para o cargo de Intendente-Geral de Polícia da Corte o Desembargador e Ouvidor Paulo Fernandes Viana.

Com o Decreto-Lei no. 6.378, de 28 de março de 1944, a antiga Polícia Civil do Distrito Federal, que funcionava na Cidade do Rio de Janeiro/ RJ, então capital da República, no Governo de Getúlio Vargas, foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP, diretamente subordinada ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

De acordo com esse Decreto-Lei, ao DFSP incumbiam os serviços de polícia e segurança pública e, em âmbito nacional, os de polícia marítima, aérea e segurança de fronteiras.

Estabeleceu-se, também, que as Secretarias ou Departamentos de Segurança e Chefaturas de Polícia dos Estados receberiam orientação do DFSP a respeito de assuntos de ordem política e social, relacionados com a segurança pública do país.

1.2.2 Ampliação das Atribuições

Posteriormente, por força do Decreto-Lei no. 9.353, de 13 de junho de 1946, foi atribuída competência ao DFSP, em todo o território nacional, especialmente por atuar nos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras e nas apurações das seguintes infrações penais e de sua autoria:

- a) que atentassem contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado, a ordem social e a organização do trabalho;
- b) referentes à entrada, permanência ou saída de estrangeiros no território nacional;
- c) definidas nos títulos X (Crimes contra a Fé Pública) e XI (Crimes contra a Administração Pública) do Código Penal, quando o interessado fosse a Fazenda Nacional; e
- d) relacionadas ao comércio clandestino ou facilitação do uso de entorpecentes.

1.2.3 Os Poderes da Constituição Federal de 1946

As competências atribuídas ao DFSP sofreram restrições, em razão dos poderes concedidos aos Estados de modo a prover as necessidades de sua administração, contidos no art. 18, § 1o., da Constituição Federal de 1946. Ainda, o inciso VII do art. 5o. da Carta concedia à União competência tão-somente para “superintender” aqueles serviços. Todavia, isso não significava executar ou atuar, mas apenas fiscalizar, inspecionar e observar. Agir fora desses limites poderia ser interpretado como prática de ato inconstitucional.

1.2.4 Policiamento Provisório na Futura Capital Federal do Brasil

Já na segunda metade da década de 1950, a futura capital se encontrava em fase de construção acelerada. A população crescia desordenadamente, em uma “cidade” cuja administração ainda não havia se estabelecido oficialmente.

Levando-se em conta a procura de trabalho rendoso, enriquecimento rápido e o afluxo de aventureiros que chegavam à futura capital Federal, oriundos de várias partes do país, fez-se necessário a criação de uma força policial organizada, a fim de conter os que perpetravam toda sorte de delinquência.

Em dezembro de 1958, o Governador do Estado de Goiás sancionou a Lei no. 2.364, de 9 de dezembro de 1958, criando o Departamento Regional de Polícia de Brasília – DRPB, ao qual se subordinava a Guarda Civil Especial de Brasília – GEB, assim permanecendo até a inauguração da nova capital federal, ocasião em que o DRPB foi incorporado ao Departamento Federal de Segurança Pública.

Pela Lei no. 3.754, de 13 de abril de 1960, que trata da organização administrativa do Distrito Federal, contida em seu art. 53 e parágrafos, o DFSP passou a ser situado em Brasília e a realizar os serviços de policiamento de caráter local, incorporando o Serviço de Polícia Metropolitana, cuja estruturação dependia de lei específica.

Com a inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, todos os órgãos dos poderes da República vieram para esta capital. Precariamente, a sede do DFSP foi instalada em um galpão de madeira da Novacap até outubro de 1960. Mais tarde, foi transferida para o 5º andar do Bloco 10 da Esplanada dos Ministérios.

Sem meios para funcionar plenamente, a solução encontrada foi o aproveitamento do pessoal que integrava o DRPB, do governo do estado de Goiás, com circunscrição em toda a área destinada ao Distrito Federal. Passou-se, então, à busca de uma estrutura para o DFSP calcada em moldes mais avançados, partindo-se de exemplos de outros aparelhos policiais, tais como os da Inglaterra, Canadá e dos Estados Unidos da América.

No final do ano de 1960, foi encaminhado pelo Poder Executivo um anteprojeto de lei com vista à criação de um organismo policial que, em sua composição estrutural, se assemelhasse às

instituições de segurança dos países acima referidos, inclusive no tocante às denominações pretendidas para os cargos a serem criados.

1.2.5 A Reorganização do DFSP

Somente em 1964, com a mudança operada no pensamento político da Nação, a idéia da manutenção de um Departamento Federal de Segurança Pública, com capacidade de atuação em todo o território nacional, prosperou e veio a tornar-se realidade, com a sanção da Lei no. 4.483, de 16 de novembro do mesmo ano, reorganizando o então DFSP, com efetivo cunho Federal. Em 21 de julho de 1977, foi inaugurada a sede do DFSP, localizada no Setor de Autarquias Sul, Quadra 6, Lotes 9 e 10, onde atualmente encontra-se o Edifício-Sede do Departamento de Polícia Federal.

A Lei no. 4.483/64 conferiu ao órgão atuação em todo o território nacional, relacionando suas atribuições nas alíneas “a” a “p” do seu art. 1o., conforme descrito abaixo:

“Art. 1o. Ao Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP, com sede no Distrito Federal, diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, dirigido por um Diretor-Geral, nomeado em comissão e da livre escolha do Presidente da República, compete, em todo território nacional:

- a) a superintendência dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteira;
- b) a fiscalização nas fronteiras terrestres e na orla marítima;
- c) a apuração, com a cooperação dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda e em colaboração com as autoridades dos Estados, dos ilícitos penais praticados em detrimentos de bens, serviços ou interesses da União;
- d) a apuração, em colaboração com as autoridades dos Estados, dos crimes que, por sua natureza, características ou amplitude, transcendam o âmbito de uma unidade federada ou que, em virtude de tratados ou convenções internacionais, o Brasil se obrigou a reprimir;
- e) a investigação e apuração, em colaboração com as autoridades dos Estados, de crimes praticados contra agentes federais, no exercício de suas funções;
- f) a censura de diversões públicas, em especial, a referente a filmes cinematográficos, quando transponham o âmbito de um Estado;
- g) a execução, em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física do Presidente da República, de diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;
- h) a coordenação e a interligação, no país, dos serviços de identificação dactiloscópica, civil e criminal;
- i) a formação, o treinamento e a especialização profissional de seu pessoal e, quando solicitado, de integrantes das Polícias dos Estados, Distritos Federal e Territórios;
- j) a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial, aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada;

- l) a cooperação, no país, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional ou interestadual;
- m) a supervisão e a colaboração no policiamento das rodovias federais;
- n) a execução de outros serviços de policiamento atribuídos à União, de conformidade com a legislação em vigor;
- o) a apuração dos crimes nas condições previstas no art. 5º do Código Penal, quando solicitado pelas autoridades estaduais ou ocorrer interesse da União; por determinação do Ministro de Estado da Justiça;
- p) a apuração dos crimes contra a vida ou contra comunidades silvícolas no país, em colaboração com o Serviço de Proteção aos “Índios.”

1.2.6 A Reforma Administrativa e a Instituição do Departamento de Polícia Federal

A Constituição Federal, de 24 de janeiro de 1967, em seu art. 8o., inciso VII, estabeleceu que competisse à União organizar e manter a Polícia Federal e, nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” descreveu suas atribuições, agora constitucionais e dessa forma identificadas.

Diante da competência delimitada, essa mesma Constituição Federal, estabeleceu, em seu art. 210, que: “o atual Departamento Federal de Segurança Pública passa a denominar-se Departamento de Polícia Federal considerando-se automaticamente substituída por esta denominação à menção à anterior constante de quaisquer leis ou regulamentos”.

Ainda no ano de 1967, foi operada uma reforma administrativa pelo Decreto-Lei no. 200, constituindo-se num verdadeiro marco no sentido da superação da rigidez burocrática então vigente. Essa norma transferiu as atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista a fim de obter-se maior dinamismo operacional por meio da descentralização funcional. Além disso, instituiu como princípios de racionalidade administrativa o planejamento e o orçamento, o descongestionamento de chefias executivas superiores (desconcentração/descentralização), objetivando reunir competência e informação no processo decisório, a sistematização, a coordenação e o controle.

1.2.7 A Denominação Polícia Federal

A Emenda Constitucional no. 1, de 17 de outubro de 1969, que praticamente substituiu a Constituição Federal de 1967, referiu-se ao DPF apenas como Polícia Federal e previu suas atribuições no inciso VIII do art. 8o.. Já a atual Constituição Federal, promulgada em 1988, manteve a denominação do DPF apenas como Polícia Federal, designada como órgão de segurança pública no art. 144, inciso I, tendo suas atribuições previstas no § 1o. do mesmo dispositivo Constitucional.

Apesar de a Constituição Federal de 1988 denominar o órgão apenas como Polícia Federal e o Decreto no. 6.061/2007 posicioná-lo hierarquicamente ao lado das demais secretarias do Ministério da Justiça, ainda é corrente a denominação Departamento de Polícia Federal.

1.2.8 Datas Comemorativas

O Conselho Superior de Polícia – CSP, órgão máximo de assessoramento e deliberação do Diretor-Geral do DPF, amparado por relatório do Grupo de Trabalho Instituído pela Portaria N° 598-DGP/DPF, de 15 de junho de 2004, deliberou, por maioria de votos, que a data de criação do DPF é o dia 28 de março de 1944, entendendo-se como tal sua data comemorativa.

O citado Conselho também estabeleceu o dia 16 de novembro como data comemorativa do “Dia do Policial Federal”, oportunidade em que fora sancionada a Lei no. 4.483, no ano de 1964, a qual reorganizou o DFSP, tudo corroborado pelo Decreto nº 5.279, de 22 de novembro de 2004.

1.2.9 Negócio

Ciência Policial.

1.2.10 Missão

Exercer as atribuições de polícia judiciária e administrativa da União, a fim de contribuir na manutenção da lei e da ordem, preservando o estado democrático de direito.

1.2.11 Visão de Futuro

Tornar-se referência mundial em Ciência Policial.

1.2.12 Valores

a) Coragem

Possuir a capacidade e iniciativa de agir no cumprimento de seu dever em situações extremas, ainda que com risco à própria vida.

b) Lealdade

Cultuar a verdade, a sinceridade e o companheirismo, mantendo-se fiel às responsabilidades e aos compromissos assumidos.

c) Legalidade

Comprometer-se com a democracia e o ordenamento jurídico vigente, sublimando a determinação de defender os interesses vitais da União.

d) Ética e Probidade

Desenvolver práticas de gestão e padrões de trabalho calcados em preceitos éticos e morais, pautando sua vida pela honradez, honestidade e constante busca da verdade.

e) Respeito aos Direitos Humanos

Alicerçar suas atitudes, como servidor e cidadão, na preservação dos princípios basilares de respeito aos Direitos Humanos.

1.2.13 Fatores Críticos de Sucesso

a) Pessoal motivado

Disponer de efetivo motivado em quantidade suficiente ao desempenho de suas atribuições e ao cumprimento da missão institucional.

b) Apoio logístico efetivo

Disponer de um sistema de logística que permita manter todas as suas unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas.

c) Capacitação permanente

Disponer de um programa contínuo de educação e capacitação, individual e coletivo e com avaliações periódicas que se reflitam na carreira.

d) Inteligência bem estruturada

Disponer de sistemas de inteligência estratégica e policial, capacitados para a produção, proteção e difusão do conhecimento, acompanhando as evoluções no segmento.

e) Comunicação eficiente

Disponer de um eficiente sistema de comunicação interna e externa, de modo a atender às necessidades decorrentes das atividades desempenhadas por cada unidade.

f) Credibilidade mantida

Disponer de elevados índices de aceitação e credibilidade perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional.

g) Recursos financeiros suficientes

Disponer de um plano de desenvolvimento sustentável que permita executar o que fora estrategicamente planejado.

h) Parcerias formalizadas

Disponer de parcerias formais, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo às atuações conjuntas e sistêmicas.

i) Recursos de C&T atualizados

Disponer de recursos e de técnicas específicas para o acompanhamento e desenvolvimento do “estado da arte” em matéria de Ciência e Tecnologia.

j) Infraestrutura adequada

Disponer de edificações e mobiliário adequado para o desempenho de suas atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos servidores e exemplar atendimento aos cidadãos.

1.2.14 Políticas Cooperativas

a) Planejamento evolutivo, permanente e flexível.

Planejar a administração dos seus sistemas e macroprocessos, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

b) Estímulo da criatividade, pró-atividade e experiência.

Estimular, em todos os níveis, a criatividade, o comportamento proativo e a auto avaliação contínua, buscando inovação e melhoria permanentes dos processos e estruturas orgânicas.

c) Incentivo à responsabilidade social

Contribuir, constantemente, para o desenvolvimento de uma sociedade plenamente equilibrada, promovendo a ética e a cidadania, mediante a consolidação da democracia e redução das desigualdades.

d) Proteção ao meio ambiente

Prevenir e reprimir os crimes ambientais e implementar uma cultura de responsabilidade socioambiental, buscando o equilíbrio da natureza, o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.

e) Respeito aos direitos humanos, à ética e à cidadania

Conscientizar os servidores e a população acerca do respeito aos direitos humanos, de forma a contribuir para a formação e manutenção da ética e cidadania.

f) Valorização das pessoas

Promover a valorização, equilíbrio e higidez do seu quadro funcional, realizando capacitações e avaliações contínuas, bem como o reconhecimento do mérito de seus servidores.

g) Fomento do ensino, pesquisa e ciência

Fomentar e prover o ensino, a pesquisa e a ciência aplicada, desenvolvendo produções de conhecimento de interesse mundial e promovendo sua disseminação interna e externa.

1.2.15 Macro Objetivos

a) Em relação ao Governo

Ser reconhecida como modelo de gestão perante o Poder Público.

b) Em relação à Sociedade

Ser reconhecida como motivo de orgulho e admiração perante a nação.

c) Em relação ao público interno

Ser reconhecida pelos servidores como uma das melhores instituições públicas para trabalhar.

1.2.16 Objetivos Estratégicos

1.2.16.1. **Objetivo: Fortalecer a cultura de gestão estratégica** - Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

Ação Estratégica

- a) **Planejamento Estratégico** - Implementar a cultura de planejamento estratégico, com base em cenários prospectivos e com o auxílio de ferramentas específicas e sistemas de informação, de modo a obter um fluxo contínuo de planejamento, flexível e voltado para o futuro, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Gestão de Processos** - Implementar a cultura de gestão de processos, de modo a racionalizar os processos de polícia judiciária e administrativa, em todos os níveis de atuação, por meio de sua identificação, mapeamento, diagnóstico e aperfeiçoamento, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- c) **Gestão de Projetos** - Implementar a cultura de gestão de projetos, de modo que as tarefas desempenhadas o sejam segundo as melhores práticas de elaboração, execução e gerenciamento de projetos, a fim de agregar valores e melhorias aos processos internos do órgão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- d) **Avaliação do Desempenho** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de avaliação do desempenho global da instituição, em todos os níveis e segmentos de atuação, a fim de propiciar elementos de manutenção, atualização e revisão do seu planejamento, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- e) **Modelagem Organizacional** - Desenvolver e programar um novo modelo organizacional que permita contemplar todas as atividades atribuídas à Polícia Federal, nas áreas meio e fim, de modo a aperfeiçoar os processos internos, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- f) **Gestão do Conhecimento** - Desenvolver, sistematizar e programar sistemas e mecanismos de produção, otimização, gestão, padronização, disseminação e proteção do conhecimento de interesse da instituição, preservando o aprendizado e promovendo a comunicação entre as partes interessadas, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- g) **Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** - Fomentar a pesquisa científica e o desenvolvimento de novos projetos, estudos e experimentos de

interesse do órgão, bem como realizar ações que visem à promoção das ciências aplicadas como um todo, estimulando a contínua inovação e o comportamento proativo, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

- h) **Garantia da Segurança Institucional** - Desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de defesa, segurança orgânica e proteção da Polícia Federal e de seus servidores, dotando o órgão de meios físicos e tecnológicos de segurança, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

1.2.16.2. **Objetivo: Valorizar o Servidor** - Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal, motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

Ação Estratégica

- a) **Gestão por Competência** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de motivação, avaliação do mérito e de reconhecimento das competências de todo o corpo funcional, reestruturando a metodologia de treinamento e ensino e de maneira a obter os melhores resultados, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Assistência à Saúde do Servidor** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de assistência social, proteção à saúde e à segurança, propiciando o bem-estar, satisfação e higiene de todo o corpo funcional, bem como aperfeiçoar os procedimentos relativos aos inativos e pensionistas, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- c) **Ampliar a Credibilidade Institucional** - Promover políticas de responsabilidade socioambiental e implantar canais de comunicação que respondam com rapidez e eficiência às demandas da sociedade e dos servidores.
- d) **Proteção da Imagem Institucional** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de proteção da imagem da Polícia Federal, no sentido de identificar, analisar e acompanhar as informações concernentes às atividades institucionais, buscando diminuir os desvios de conduta, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- e) **Difusão da Comunicação Interna e Externa** - Desenvolver, sistematizar e programar canais de relacionamento, no sentido de divulgar as ações da Polícia Federal, em âmbito interno e externo, de modo a engajar os servidores e a sociedade nos propósitos institucionais e apoio à Polícia Federal, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- f) **Desenvolvimento da Responsabilidade Socioambiental** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de atuação visando às questões sociais e à proteção do meio ambiente e dos recursos naturais disponíveis, buscando reduzir ou evitar possíveis riscos e danos, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

1.2.16.3. **Objetivo: Reduzir a Criminalidade** - Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

Ação Estratégica

- a) **Prevenção à Criminalidade** - Desenvolver, sistematizar e programar medidas preventivas à ocorrência de delitos de competência da Polícia Federal, no sentido de conferir maior poder de atuação em face da criminalidade e permitir que a instituição se previna contra cenários futuros que desfavoreçam a segurança pública, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Repressão a Organizações Criminosas** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de repressão a organizações criminosas e ao crime organizado em geral, instituindo novas técnicas de atuação e investigação, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- c) **Atuação Policial em Grandes Eventos** - Dotar a instituição de mecanismos e estrutura necessários, de maneira a se preparar para eventos de grande porte que dependam de intervenção policial federal sistêmica e contínua, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- d) **Gestão da Qualidade da Prova** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de preservação da prova tratada no âmbito da polícia judiciária, aprimorando o controle da cadeia de custódia e primando pela sua excelência, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- e) **Aperfeiçoamento dos Procedimentos de Polícia Judiciária** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de aprimoramento da investigação criminal e de procedimentos relacionados às atividades de polícia judiciária, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- f) **Efetivação de Mecanismos de Análise e Inteligência Policial** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de análise e inteligência policial e de integração e interação de dados, informações e sistemas, protegendo-os de ataques e ações adversas, emprestando maior eficiência às análises e investigações policiais, bem como à elaboração de exames periciais, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

1.2.16.4. **Objetivo: Promover a Cidadania** - Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.

Ação Estratégica

- a) **Defesa dos Direitos Humanos** - Desenvolver, sistematizar e programar técnicas e mecanismos de defesa dos direitos e garantias fundamentais, notadamente nas atividades de proteção ao depoente especial, segurança de

dignitários, repressão ao trabalho escravo e tráfico de órgãos e de seres humanos, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

- b) **Melhoria dos Serviços ao Usuário/Cidadão** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de aprimoramento dos serviços prestados à população, envolvendo notadamente as atividades administrativas e de apoio finalístico, buscando facilitar o acesso do cidadão à instituição, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- c) **Individualização do Cidadão** - Desenvolver, sistematizar e programar técnicas e mecanismos de individualização da pessoa, no sentido de conferir uma identificação única e específica para cada cidadão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- d) **Controle Regulatório e Fiscalizatório** - Desenvolver, estabelecer, sistematizar, e implantar normas, técnicas e mecanismos de regulação e fiscalização da prestação de serviços públicos delegados, no âmbito de atuação da Polícia Federal, fiscalizando o cumprimento das normas e regulamentos, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

1.2.16.5. **Objetivo: Incrementar os Acordos e Parcerias** - Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

Ação Estratégica

- a) **Alianças Internacionais** - Promover o intercâmbio de informações entre órgãos e organismos internacionais, por meio da celebração de instrumentos adequados, notadamente nas áreas operacional, de inteligência e técnico-científica, no sentido de ampliar seu poder de atuação e melhor prestar seus serviços à sociedade, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Cooperação Nacional** - Estabelecer, sistematizar e programar padrões e normas de cooperação em âmbito nacional, promovendo o intercâmbio de informações entre órgãos e organismos nacionais, por meio da celebração de convênios, termos de cooperação e acordos de cooperação técnica, no sentido de buscar maior interação entre as ações desencadeadas nas unidades federativas, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

1.2.15.6. **Objetivo: Aprimorar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais** - Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

Ação Estratégica

- a) **Gestão de Obras e Infraestrutura** - Ampliar suas instalações e modernizar sua infraestrutura, bem como desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de

gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

- b) **Racionalização da Gestão Logística** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de racionalização da logística policial, inventariando, padronizando e racionalizando os bens e materiais de consumo, operacional e permanente, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

1.2.16.7. **Objetivo: Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação** - Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

Ação Estratégica

- a) **Alinhamento da TI à Gestão Policial** - Planejar, aplicar e controlar os recursos de Tecnologia da Informação, gerindo com eficiência os sistemas de informação, e alinhando-se estrategicamente aos objetivos da Administração, no sentido de emprestar o apoio tecnológico necessário à consecução dos projetos e atividades da Polícia Federal, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Melhoria da Infraestrutura e Serviços de TI e Telecomunicações** - Adequar, modernizar e expandir a arquitetura, rede e infraestrutura de TI e de telecomunicações, levantando os recursos necessários para uma eficiente atuação por parte da Tecnologia da Informação, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

1.2.16.8. **Objetivo: Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico** - Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

Ação Estratégica

- a) **Gestão Orçamentário-Financeira** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de gerenciamento orçamentário-financeiro e de elaboração de planos plurianuais, compatibilizando-os com as estratégias de gestão, no sentido de reduzir custos e racionalizar gastos, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.
- b) **Uniformização Orçamentário-Financeiro-Contábil** - Desenvolver, sistematizar e programar mecanismos de uniformização e padronização de procedimentos relativos às boas práticas orçamentário-financeiro-contábeis, no sentido de conceber um modelo de administração sustentado no planejamento, supervisão, controle e avaliação da execução orçamentária.

1.2.17 Análise do Plano Estratégico em Andamento na Unidade.

A Superintendência Regional do DPF no Estado de Pernambuco atua no cumprimento de suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças do sistema de segurança pública, Órgãos de governo das três esferas, esta Regional busca ações coordenadas. As Delegacias Descentralizadas no Estado, situadas nos Municípios de Caruaru e de Salgueiro, operam em consonância com as diretrizes da Superintendência Regional e integradas entre si, no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam as circunscrições dessas Delegacias. Da mesma forma, a SR/DPF/PE opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF, especialmente no desencadeamento de operações policiais de âmbito interestadual, além das investigações de caráter nacional e transnacional.

Por sua localização às margens do Oceano Atlântico e por ser um dos grandes centros urbanos e turísticos da região nordeste, além da proximidade com outras cidades com essas características, a exemplo de Maceió e Natal, criminosos tentam e chegam a utilizar o Estado de Pernambuco como rota para diversos crimes, especialmente a lavagem de dinheiro, desvio de recursos públicos, tráfico de entorpecentes, assaltos a instituições financeiras, violação de direitos humanos (grupos de extermínio), fraudes contra a previdência social, além de delitos diversos relacionados ao turismo sexual. Essas práticas delituosas foram combatidas com operações específicas e em conjunto com as Superintendências Regionais dos Estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas, entre outras, tendo em vista a natureza interestadual dessas práticas criminosas.

Seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2013, as ações previstas na Lei Orçamentária Anual, bem com a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco atuou fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao desvio de recursos públicos, ao tráfico de drogas e armas, às fraudes a licitações e contratos, às atividades de milícias, lavagem de dinheiro, e fraudes contra a previdência social e o seguro desemprego, entre outros delitos.

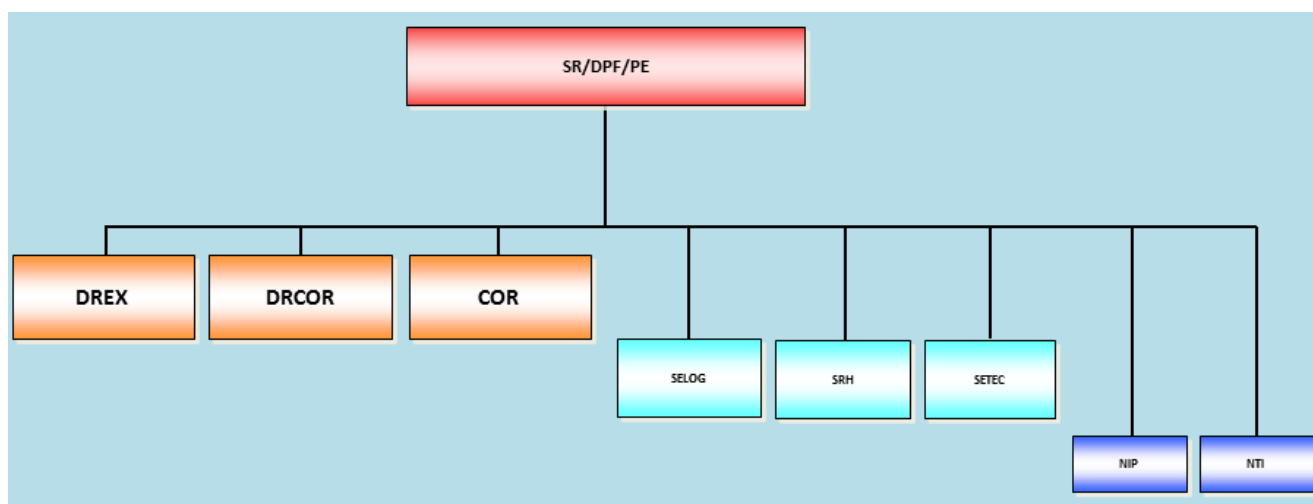
1.2.18 Análise do Plano de Ação Referente ao Exercício de 2013

Ressaltam-se, em breve síntese, algumas das Operações de caráter permanente instituídas pelo órgão Central, atendendo ao seu Plano Estratégico de médio e longo prazo: a Operação Sentinela, objetivando prevenir e reprimir crimes transnacionais com os países de fronteira, como Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Peru, etc.; Operação Arco de Fogo, com foco à repressão desmatamento ilegal em regiões da Amazônia e crimes contra a fauna e flora brasileiras. Essas operações contaram com apoio importante de todas as unidades descentralizadas do Órgão, inclusive a SR/DPF/PE, com cessão de servidores para atuarem em missão nessas Operações.

Assim, durante todo o exercício de 2013, o trabalho integrado das Superintendências Regionais com as Unidades Centrais do DPF e demais órgãos policiais e fiscalizadores, por meio das investigações que culminaram com a deflagração de operações policiais, a exemplo da operação “Fastio”, da Operação “Bomboniere” e da operação “Cofre Fácil”, planejadas e executadas sob a coordenação da SR/DPF/PE, as quais resultaram na prisão de 36 (trinta e seis) pessoas, além de diversas apreensões de bens relacionados aos delitos, todos em cumprimento a mandados judiciais.

A unidade Jurisdicionada manteve, durante o exercício de 2013, à política de realizar ações conjuntas e a interlocução com outros Órgãos do Governo na esfera Federal, Estadual e Municipal. Assim, foram desenvolvidos trabalhos de inteligência, troca de informações e experiências, além das operações propriamente ditas, o que possibilitou êxito de diversos trabalhos desencadeados em todo o território Nacional.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL



A estrutura organizacional da Superintendência da Polícia Federal no Estado de Pernambuco, instituída por meio da Portaria do Ministro de Estado da Justiça n.º 2.877, de 30 de dezembro de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, vigente por todo exercício de 2013, com destaque para as seguintes atribuições de acordo com cada unidade/setor/núcleo:

1.3.1 Superintendente Regional: Como dirigente máximo da unidade descentralizada da Polícia Federal em cada Estado, incube, nos termos do Art. 35 do mencionado Regimento Interno, promover o desenvolvimento das atividades, ações e operações referentes às atribuições da Polícia Federal; cumprir e fazer cumprir as ordens do Diretor-Geral e as normas e diretrizes emanadas das unidades centrais; aprovar os programas, projetos, planos de trabalho e de metas, com vistas ao cumprimento dos seus objetivos e das metas setoriais; expedir portarias, ordens e instruções de serviço regulamentadoras; indicar ao Diretor-Geral para provimento de cargos de direção, assessoramento superior e funções gratificadas, no âmbito da Superintendência, bem assim, propor sua exoneração e dispensa; instaurar, arquivar, determinar a instauração e outras providências relativas à apuração de notícia ou de representação em razão de supostas infrações praticadas por servidores no âmbito da Superintendência Regional, quando a pena for de advertência, repreensão ou suspensão até 30 (trinta) dias, exceto os processos de cunho acusatório se pelo menos um dos acusados estiver lotado em outra Superintendência; dar posse aos servidores efetivos, aos titulares das funções gratificadas e dos cargos em comissão; autorizar o emprego dos recursos financeiros destinados às suas respectivas unidades. Não há um produto principal a ser destacado em nível do Superintendente, uma vez que sua atuação contribuição para o alcance de todos os produtos da Polícia Federal no Estado, conforme especificado no subitem 1.3 dos Macroprocessos.

- 1.3.2 Delegacia Regional Executiva:** estruturado em nível de serviço, responsável pela coordenação, planejamento, orientação, fiscalização, além de promover a execução das ações correlatas às Delegacias que lhe são subordinadas, podendo, para tanto, propor, expedir e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes específicas, orientadoras das ações policiais e administrativas, no âmbito das unidades sob sua subordinação administrativa, técnica e normativa. O principal produto atribuído a essa estrutura são as investigações policiais relacionadas aos delitos na área de imigração, fiscalização de portos, aeroportos, atividade de segurança privada, controle e fiscalização de produtos químicos, concessão de registro e porte de armas.
- 1.3.3 Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado:** estruturado em nível de serviço, responsável pela coordenação, planejamento, orientação, fiscalização, além de promover a execução das ações correlatas às Delegacias que lhe são subordinadas, podendo, para tanto, propor, expedir e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes específicas, orientadoras das ações policiais e administrativas, no âmbito das unidades sob sua subordinação administrativa, técnica e normativa. O principal produto atribuído a essa estrutura são as investigações policiais relacionadas aos delitos na área de desvio de recursos públicos, tráfico de entorpecentes, crimes contra o patrimônio público, crime político, crimes ligados às comunidades indígenas, de polícia fazendária, previdenciária, lavagem de dinheiro, crimes contra o sistema financeiro, crimes cibernéticos e crimes contra a ordem tributária.
- 1.3.4 Corregedoria Regional de Polícia Federal:** estruturada em nível de serviço, tendo como principais atribuições distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correições, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas. O principal produto da atuação da Corregedoria Regional são os processos disciplinares instaurados e concluídos em âmbito regional.
- 1.3.5 Setor Técnico-Científico:** estruturado em nível de setor, responsável pela coordenação, planejamento, orientação, fiscalização, além de promover a execução das ações correlatas às atividades da Perícia Criminal Federal no âmbito do Estado, podendo, para tanto, propor, expedir e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes específicas, orientadoras das ações periciais e administrativas, no âmbito do Setor Técnico-Científico. O principal produto são os Laudos Periciais relacionadas às investigações policiais no âmbito da atuação da Polícia Federal como Polícia Judiciária da União.
- 1.3.6 Setor de Administração e Logística Policial:** estruturado em nível de setor, responsável pela coordenação, planejamento, orientação, fiscalização, além de promover a execução das ações correlatas às atividades de logística, administração orçamentária e financeira, de materiais, gestão e fiscalização de contratos, licitações e gestão orçamentária e financeira no âmbito do Estado, podendo, para tanto, propor, expedir e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes específicas, orientadoras das atividades correlatas à gestão administrativa, além daquelas que lhes forem atribuídas por delegação de competência, em sua área específica de atuação, pelo Ordenador de Despesa. Não há um produto principal a ser destacado, uma vez que sua atuação dessa estrutura contribui para o alcance de todos os

produtos da Polícia Federal no Estado, conforme especificado no subitem 1.3 dos Macroprocessos.

1.3.7 Setor de Recursos Humanos: estruturado em nível de setor, responsável pela coordenação, planejamento, orientação, fiscalização, além de promover a execução das ações correlatas às atividades de Recursos Humanos no âmbito do Estado, podendo, para tanto, propor, expedir e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes específicas, orientadoras das ações administrativas no âmbito do Setor. Não há um produto principal a ser destacado, uma vez que sua atuação dessa estrutura contribui para o alcance de todos os produtos da Polícia Federal no Estado, conforme especificado no subitem 1.3 dos Macroprocessos.

1.3.8 Delegacia de Polícia Federal em Caruaru: estruturado em nível de setor, responsável pela coordenação, planejamento, orientação, fiscalização, além de promover a execução das ações correlatas às atividades de competência da Polícia Federal no município de Caruaru e cidades de sua circunscrição, podendo, para tanto, propor, expedir e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes específicas, orientadoras das ações policiais e administrativas no âmbito do Setor. O principal produto atribuído a essa estrutura são as investigações policiais relacionadas aos delitos na área de desvio de recursos públicos, tráfico de entorpecentes, crimes contra o patrimônio público, lavagem de dinheiro, crimes contra o sistema financeiro, crimes cibernéticos e crimes contra a ordem tributária, polícia fazendária, previdenciária, de imigração, crime político, crimes ligados às comunidades indígenas, atividade de segurança privada, concessão de registro e porte de armas e emissão de passaportes.

1.3.9 Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro: estruturado em nível de setor, responsável pela coordenação, planejamento, orientação, fiscalização, além de promover a execução das ações correlatas às atividades de competência da Polícia Federal no município de Salgueiro e cidades de sua circunscrição, podendo, para tanto, propor, expedir e fiscalizar o cumprimento de normas e diretrizes específicas, orientadoras das ações policiais e administrativas no âmbito do Setor. O principal produto atribuído a essa estrutura são as investigações policiais relacionadas aos delitos na área de tráfico de entorpecentes, crimes contra o patrimônio público, desvio de recursos públicos, lavagem de dinheiro, crimes contra o sistema financeiro, crimes contra a previdência social e crimes contra a ordem tributária, polícia fazendária, de imigração, crime político, crimes ligados às comunidades indígenas, atividade de segurança privada, concessão de registro e porte de armas e emissão de passaporte.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

No contexto de sua competência institucional de planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal no Estado da Paraíba, estão estruturados os macroprocessos finalísticos, especificados na tabela seguinte, subdividido por identificação do macroprocesso e pela descrição do(s) produto(s) correlato(s), como segue na tabela I:

TABELA I – Macroprocessos Finalísticos

UNIDADE: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL	
MACROPROCESSO	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Cooperação Internacional	Visa à cooperação, ao intercâmbio de informações e à gestão do relacionamento da Polícia Federal com outras instituições policiais internacionais, com o fim de dar cumprimento às atribuições institucionais recíprocas.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.
UNIDADE: NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL	
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional
UNIDADE: DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA	
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados à autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização

	do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.
Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.
Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões dactiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição.

	Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e aos direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção às testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.
Suporte Operacional	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo fornecer os suportes táticos e técnicos necessários à execução dos processos finalísticos de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa da Instituição. Incluem-se nesse macroprocesso a aviação operacional, o comando tático e os cães de serviço.
UNIDADE: DELEGACIA DE REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.
Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.
UNIDADE: SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO	
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.

Fonte: Plano Estratégico do DPF

1.5 MACROPROCESSOS DE APÓIO

No contexto de sua competência institucional de planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da

Polícia Federal no Estado da Paraíba, estão estruturados os macroprocessos de apoio especificados na tabela seguinte, subdividido por identificação do macroprocesso e pela descrição do(s) produto(s) correlato(s), como segue Tabela II:

TABELA II – Macroprocesso de Apoio

UNIDADE: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL	
MACROPROCESSO	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária,
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.
Gestão de Tecnologia da Informação	Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo
Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.
UNIDADE: SETOR DE RECURSOS HUMANOS	
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.

UNIDADE: NÚCLEO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.
UNIDADE: SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL	
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem ser objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.
UNIDADE: CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL	
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados às inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária

Fonte: Plano Estratégico do DPF.

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

No exercício de sua competência institucional a Superintendência da Polícia Federal no Estado de Pernambuco tem realizado inúmeros trabalhos em cooperação com Órgãos e/ou Instituições do Poder Público Federal, Estadual e, por vezes, até municipal. Nesse contexto, pode-se destacar como parceiros de primeira hora as instituições policiais como a Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social e os respectivos Órgãos Policiais a ele vinculados (Polícia Militares do Estado de Pernambuco e Polícia Civil de Pernambuco) e dos Estados circo vizinhos, o Ministério Público e o Poder Judiciário com atuações em nível Estadual e na jurisdição que eventualmente afetam a competência dos Tribunais Superiores, o Comando Militar do Nordeste e os demais Órgãos Militares da União.

Além destes, cabe destaque ainda como parceiros em importantes trabalhos no ano de 2013, a Controladoria Geral da União – CGU e o Tribunal de Contas da União, o IBAMA, e o Instituto Chico Mendes.

2 PARTE A ITEM 2 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

O processo de planejamento de cunho orçamentário e financeiro do Órgão Departamento de Polícia Federal é realizado de forma centralizada na Coordenação – Geral de Planejamento e Modernização – CPLAM/DLOG/DPF e na Coordenação de Orçamento e Finanças – COF/DLOG/DPF, portanto, o subitem 2.2 (Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados) e 2.3 (Informações sobre outros resultados da gestão), juntamente com os quadros respectivos, a exemplo do quadro A.2.2.1 (Programa Temático), não se aplicam a essa Unidade Jurisdicionada, posto que ela funciona, exclusivamente, como Unidade Gestora.

No campo do planejamento das atividades operacionais, a Unidade dispõe de relativa autonomia e atua em consonância com as diretrizes do Órgão Central, conforme demonstrado e avaliado no tópico seguinte.

2.1 Planejamento da Unidade

A Superintendência Regional do DPF no Estado de Pernambuco atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações, em conformidade com o planejamento Estratégico da Polícia Federal para o período 2010-2022. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças do sistema de segurança pública, órgãos de governo das três esferas, esta Regional busca ações coordenadas. As Delegacias Descentralizadas no Estado, situadas nos Municípios de Caruaru e de Salgueiro, além dos postos de atendimento no Aeroporto Internacional do Recife, Porto de Suape e Distrito de Fernando de Noronha, operam em consonância com as diretrizes da Superintendência Regional e integradas entre si, no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das operações desencadeadas e que ultrapassam as circunscrições dessas Unidades Descentralizadas no Estado. Da mesma forma, a SR/DPF/PE opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF, especialmente no desencadeamento de operações policiais de âmbito interestadual.

Por sua localização às margens do Oceano Atlântico e proximidade com outros grandes centros urbanos e turísticos da região nordeste, a exemplo de Maceió, João Pessoa e Natal,

criminosos tentam e chegam a utilizar o Estado de Pernambuco como rota para diversos crimes a exemplo da lavagem de dinheiro, desvio de recursos públicos, tráfico de entorpecentes, assaltos a instituições financeiras, fraudes contra a previdência social, além de delitos diversos relacionados ao turismo sexual. Essas práticas delituosas foram combatidas com operações específicas e em conjunto com as Superintendências Regionais dos Estados de Alagoas, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, entre outras, tendo em vista a natureza interestadual dessas práticas criminosas.

Seguindo as diretrizes da Direção-Geral para o exercício de 2013, as ações estratégicas planejadas pela Superintendência da Polícia Federal para o exercício de 2013, guardaram intrínseca relação com as previsões na Lei Orçamentária Anual, ligadas ao programa temático finalístico (Segurança Pública com Cidadania) e ao Programa de Apoio à Gestão (Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça), bem com a missão e a visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco, tem atuado fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, buscando realizar diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao desvio de recursos públicos, ao tráfico de drogas e armas, às fraudes a licitações e contratos, lavagem de dinheiro, e fraudes contra a previdência social e o seguro desemprego, entre outros delitos.

No contexto do planejamento operacional da Unidade sempre é dado especial destaque às operações de combate ao narcotráfico na região do “polígono da maconha”, situada na circunscrição da Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro. Nesse contexto, são realizadas a cada ano, ao menos três operações de erradicação de plantações de maconha nessa região, em ações integradas com as demais Superintendências da Polícia Federal dos Estados circo vizinhos (Ceará, Alagoas, Bahia e Piauí).

Para o ano de 2013, também foi dado relevante destaque ao planejamento operacional voltado a atender a demanda do Grande Evento COPA DAS CONFEDERAÇÕES, uma vez que a cidade de Recife funcionou como uma das Sedes desse evento.

No contexto do planejamento orçamentário e da relação do planejamento das ações compatibilizadas com o plano plurianual, o Departamento de Polícia Federal, como unidade orçamentária subordinada ao órgão orçamentário do Ministério da Justiça, dentro da nova metodologia de classificação funcional programática do Orçamento da União, implementada por meio da Lei Federal 12.593 de 12 de janeiro de 2012, que aprovou o Plano Plurianual do Governo Federal para o quadriênio 2012/2015, participa da execução do seguinte programa temático (finalísticos): **2070 – Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI**. Além deste, também participa da execução dos seguintes programas de apoio à gestão: **2112 – Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça e 0089 – Previdências de Inativos e Pensionistas da União**.

Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores e manutenção da estrutura administrativa e operacional da unidade.

O programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça, que representa a maior parte dos recursos administrados pela unidade gestora a que se referi este Relatório de Gestão, abrange a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

2.2 Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

O Estado de Pernambuco está situado no Centro-leste da região Nordeste, estando a Capital Recife em ponto praticamente equidistante entre as cidades de Fortaleza e Salvador, tem como limites ao norte o Estado da Paraíba, cuja Capital é a cidade de João Pessoa, ao Noroeste o Estado do Ceará, cuja Capital é a cidade de Fortaleza, ao Oeste o Estado do Piauí, cuja Capital é a cidade de Teresina, ao Sudoeste a Bahia, cuja Capital é Salvador, ao Sul Alagoas, cuja Capital é Maceió, e ao leste o Oceano Atlântico, como pouco mais de duzentos quilômetros de litoral, tendo como destaque as praias de Boa Viagem, na Capital Recife, Itamaracá ao norte de Recife, e Porto de Galinhas, Carneiros e Tamandaré ao Sul da Capital do Estado, sendo estes, juntamente com os inúmeros atrativos da Capital Recife e de Olinda, importantes pontos turístico do Estado de Pernambuco. Com uma área de 98.938⁴ Km² e uma população de 7.918.344⁵, correspondente a 4.16% da população nacional, têm uma taxa de densidade demográfica de 80,37 hab/km², e uma participação no PIB Nacional de 2,71%. O Estado possui um (01) aeroporto internacional em funcionamento e mais dois (02) aeroportos em regionais, nas cidades de Caruaru e Petrolina, sendo que, somente o primeiro possui posto de atendimento da Polícia Federal.

As principais estratégias de atuação da Superintendência da Polícia Federal no Estado de Pernambuco no exercício de 2013 consistiram no combate à criminalidade na sua circunscrição, sendo realizadas diversas operações policiais de combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e armas, à lavagem de dinheiro, ao contrabando e descaminho, corrupção de servidores e agentes públicos, entre outros. Foram ações de prevenção e repressão desenvolvidas no sentido de preservar os bens, serviços e interesses da União.

Apesar das dificuldades relacionadas ao diminuto contingente de servidores, tanto policiais como administrativos aliada às limitações de ordem orçamentária, o trabalho em parceria com os demais Órgãos de Segurança Pública do Estado e outras Superintendências Regionais da Polícia Federal, permitiu superá-las parcialmente, de modo que foram realizadas diversas operações exitosas de combate o crime organizado em suas diversas modalidades, com destaque, como já dito, para o combate ao tráfico de drogas e de armas, às milícias, ao desvio de recursos públicos federais e à corrupção de agentes do Estado, trabalho esse que culminou com a prisão de diversos envolvidos e a apreensão de armas e munições, além do bloqueio judicial de bens móveis e imóveis de alguns dos investigados.

Apesar das limitações mencionadas, podemos destacar as seguintes realizações relacionadas aos macroprocessos de apoio à gestão na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco:

- Participação efetiva e eficiente da unidade na Operação COPA DAS CONFEDERAÇÕES, ocasião em que todo o trabalho de logística e de segurança para essa grande evento foi realizada de maneira satisfatória no ano de 2013;
- Sensibilização do Órgão Central de Orçamento do DPF no sentido de aumentar o repasse de cotas orçamentárias para unidade uma vez que os custos crescentes estavam em patamares superiores ao repasse, causando problemas de descontinuidade dos contratos e prejuízo às atividades operacionais da unidade;

⁴ Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Para%C3%ADba>, consultado em 10/03/2014.

⁵ Dados do IBGE, Censo de 2010, consultado em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Para%C3%ADba>, em 10/03/2014.

- Atuação integrada dos setores de gestão e fiscalização de contratos, ambos ligados ao Setor de Administração e Logística Policial – SELOG, com vistas à otimização dos custos e melhor desempenho dos serviços prestados em função dos contratos mantidos com empresas dos mais diversos ramos, tais como: telefonia, combustível, prestadores de serviço, manutenção de viaturas, aquisição de passagens aéreas, fornecimento de água/luz, refrigeração, etc.;
- Continuação da política de qualificação dos servidores desta Unidade por meio da participação em cursos desenvolvidos pela Unidade Sede, em Brasília, na ANP e na introdução da cultura de manualização de procedimentos nas diversas áreas de atuação da Polícia Federal, inclusive nas atividades de apoio, a exemplo de Roteiros Contábeis baseados em transações SIAFI;
- Melhoria da estrutura de TI com a aquisição de novos equipamentos de informática para atender demandas específicas do SETEC/SR/DPF/PB e de outros setores estratégicos, além da Adesão à licitação de âmbito regional para contratação de serviços de suporte na área de TI para o exercício de 2013;
- Adesão à política de melhoria das contratações por meio da participação em licitações de âmbito nacional para contratações de serviços de aquisição de passagens áreas de âmbito nacional e internacional;
- Contratação de empresa especializada para confecção e montagem do mobiliário específico para o Laboratório de Química Forense do SETEC/SR/DPF/PB, fato que viabilizará em 2013 a concretização da instalação desse laboratório em padrões de qualidade e eficiência compatíveis com todo e qualquer demanda da Polícia Federal no Estado e na região;
- Continuação da política de implementação de ações e medidas relacionadas à saúde dos servidores: atuação ativa do SRH, Assistência Social e do Núcleo de Educação Física, realização de cursos e palestras específicas;
- Manutenção das ações de capacitação de todos os servidores policiais quanto ao uso e manuseio de armas de fogo, bem como, de emprego de bastão retrátil e técnicas de imobilização, ministrado por instrutores desta Regional credenciados junto à Academia Nacional de Polícia - ANP;
- Manutenção de política de atuação preventiva da Corregedoria local, principalmente no que se refere a correções ordinárias e parciais de expedientes policiais, com substancial melhoria na qualidade dos Inquéritos Policiais;
- Aprimoramento da política de melhoria constante no relacionamento com todos os Órgãos Públicos que mantêm contato com a Polícia Federal, tanto em relação a atos de Polícia Judiciária, quanto administrativa (dentre eles, Poder Judiciário Federal e Estadual, Ministério Público Federal e Estadual, Secretaria de Segurança, Secretaria

de Justiça, OAB, CGU, TCU, Receita Federal, AGU, UFRN, Forças Armadas, Forças de Segurança, ABIN, IBAMA, SPU, imprensa, CEF, Banco do Brasil, etc.);

- Manutenção da política de acompanhamento das atividades interna e externa por meio da implementação de várias comissões com objetivo de melhorar o desempenho operacional nas áreas de fiscalização de produtos químicos, controle de segurança privada, do registro de armas e munições, inventário, doação de bens, contratos, etc.);
- Manutenção da política de apoio às atividades de controles internos administrativos, com a designação de servidores qualificados para desempenho das tarefas de Conformidade Contábil de Conformidade de Gestão desta UG;
- Manutenção da política de melhoria das atividades de fiscalização nas contratações de serviços nas áreas de engenharia civil e manutenção predial por intermédio da implantação do Grupo Técnico de Engenharia – GTED.

2.3 Execução do Plano de Metas e de Ações

O plano de Metas da Superintendência Regional da Polícia Federal para o exercício de 2013, encaminhado à unidade Central de Planejamento – CPLAM/DLOG contemplou as seguintes Metas com a avaliação dos respectivos resultados, conforme Tabela III a seguir:

TABELA III – Avaliação do Plano de Metas

DESCRIÇÃO DO OBJETIVO/META	AValiação DO RESULTADO
Contratação de Prestadores de serviço para Sede e Delegacias de Caruaru e Salgueiro.	100% da meta atendida.
Iniciar o projeto de reforma do prédio do Edifício Sede da SR/DPF/PE	Prejudicada por completo em razão do contingenciamento orçamentário.
Melhoria das instalações físicas do NIP, após mudança dos EIPs para o Centro Integrado de Inteligência.	Executada parcialmente, faltando apenas a aquisição de algumas equipamentos.
Ampliação da sala do GID.	Prejudicada por completo em razão do contingenciamento orçamentário.
Melhoria da capacidade operacional do NTI (DATACENTER) mediante aquisição de novos equipamentos TETRAPOL.	100% da Meta atendida por meio das aquisições, especialmente junto à Cassidian.
Melhorar as condições de trabalho e de atendimento ao público na DPF/CRU/PE, por meio de reforma do imóvel onde funciona a Delegacia.	Prejudicado em razão da decisão administrativa de não renovar a locação, haja vista a existência de problemas administrativos na renovação do contrato de locação.

Realizar operações de repressão ao tráfico ilícito de drogas (100% das operações planejadas sejam realizadas).	Prejudicada por limitações orçamentárias e pelo diminuto contingente policial disponível para esse trabalho.
Ampliar o número de prisões em flagrante de correntes de investigações de iniciativa interna. (aumentar em 10% o número dessas prisões).	Prejudicada por limitações orçamentárias e pelo diminuto contingente policial disponível para esse trabalho.
Ampliar em 10% o número de inquéritos relatados.	Meta alcançada, uma vez que foram relatados em 2013 1.596 IPLs, contra 1.429 em 2012.
Igualar e/ou superar o número de operações policiais realizadas em 2012.	Meta alcançada, uma vez que foram realizadas 08 operações policiais em 2013 e 07 em 2012.
Realizar operações de combate ao crime organizado, com a implementação de uma equipe de combate à corrupção.	Meta alcançada, pois foram realizadas sete (07) operações de combate ao crime organizado e montado um grupo na DELEFIN.
Dar continuidade às operações de combate ao desvio de recursos públicos.	Meta alcançada, pois foram realizadas operações com essa finalidade.
Combater empresas clandestinas de segurança privada.	Meta realizada, pois foram realizadas 61 fiscalizações e 197 vistorias de empresas e carros fortes.
Eliminar e/ou reduzir as solicitações de perícias pendentes.	Meta alcançada uma vez que o número de laudos realizados foi superior ao número de solicitações periciais, ou seja, 937 perícias e 115 Informações Técnicas realizadas contra 940 demandas.
Manutenção adequada do custeio da Sede e das Delegacias descentralizadas (100% das necessidades atendidas).	Meta parcialmente prejudicada em razão do contingenciamento orçamentário e da carência de pessoal.
Aumentar em 20% a capacidade de atendimento do posto da DELEMIG situado no aeroporto, em vista o aumento da demanda por passaporte.	Meta atendida parcialmente, posto que apenas a capacidade logística foi aumentada, faltando o acréscimo no número de servidores.
Renovação dos equipamentos computacionais da Sede e Delegacias de Caruaru, Salgueiro e posto de atendimento do aeroporto.	80% da meta atendida com aquisição de diversos computadores, impressoras, scanners e kits do passaporte.
Montar uma unidade móvel de rádio comunicação.	Meta não alcançada por falta de recursos.
Realizar diligências, inclusive preventivas, nas áreas de atuação da Delegacia de Segurança Privada – DELESP.	Meta realizada, posto que foram realizadas diversas diligências dessa natureza.
Realizar quadro (04) operações de combate aos	Meta inteiramente prejudicada uma vez que não

grupos de criminosos organizados na área de Polícia Fazendária.	foi realizada qualquer operação na área de Polícia Fazendária pela DPF/CRU/PE
Realizar duas grandes operações de fiscalização e repressão na área de produtos químicos da Delegacia de Caruaru.	Meta alcançada parcialmente, posto que foi realizada uma operação dessa natureza.
Aumentar em 20% o número de apreensão de drogas na circunscrição da Delegacia de Caruaru.	Meta prejudicada, posto que houve queda no número de apreensão de drogas.
Aumentar em 20% o número de apreensões e repressão ao contrabando na circunscrição da Delegacia de Caruaru.	Meta prejudicada, posto que houve queda no número de apreensão de mercadorias oriundas de contrabando.
Alcançar a meta de 120% de produtividade na relação IPLs relatados X IPLs instaurados na circunscrição da Delegacia de Caruaru.	Meta prejudicada, posto que houve queda no número de IPLs. Relatados (290) e de IPLs instaurados (560).
Programar a operação Roda Livre, mediante a realização de barreiras policiais com cães farejadores, voltado ao combate à criminalidade na circunscrição da Delegacia de Salgueiro.	Meta realizada durante a operação de erradicação de maconha.
Programar a operação Chico Limpo, objetivando a repressão ao plantio de maconha na região do Rio São Francisco.	Meta realizada durante a operação de erradicação de maconha.
Alcançar a meta de 120% de produtividade na relação IPLs relatados X IPLs instaurados na circunscrição da Delegacia de Salgueiro.	Meta prejudicada posto que houve a redução nessa relação.

2.4 Indicadores

O indicador de desempenho na Polícia Federal é, do ponto de vista da mensuração de sua eficiência, o parâmetro de mais difícil construção, haja vista as inúmeras variáveis relacionadas com o trabalho da instituição e a relação de interdependência em relação a outras Instituições, como o Ministério Público e o Poder Judiciário. A par disso, a Instituição Polícia Federal não tem medido esforços para construir base sólida de mensuração de sua eficiência. Para tanto, tem avaliado seu desempenho com base no Índice de Produtividade Operacional – IPO, estabelecido para medir a eficiência e efetividade Institucional, tendo como base os seguintes parâmetros:

Grupo temático/Variável	Pesos	
	Grupo	Variável
Atividades operacionais		
Inquéritos relatados	0,7	0.06
Operações especiais de polícia judiciária		0.16
Prisão e conduções coercitivas		0.14
Mandados de busca e apreensão		0.14

Prisão em flagrantes		0.12
Indiciamentos		0.06
Quantidade de maconha		0.03
Quantidade de cocaína		0.03
Valor de bens apreendidos/sequestrados		0.10
Prejuízos evitados para a União		0.10
Perícias realizadas		0.06
Características Geográficas		
Área da unidade da federação		0.0625
Quantidade de municípios		0.0625
Quantidade de zonas eleitorais		0.0625
Quantidade de unidades de conservação	0,1	0.0625
Extensão de fronteiras		0.0625
População Indígena		0.0625
Área de reservas indígenas		0.0625
Atividades Não Operacionais		
Quantidade de inclusão no Sistema Nacional de Informação Criminal (SINIC)		0.0625
Quantidade de passaportes emitidos		0.0625
Quantidade de passageiros em aeroportos		0.0626
Quantidade de vistorias em embarcações de cabotagem		0.0625
Quantidade de vistorias em embarcações de longo curso	0,2	0.0625
Estrangeiros domiciliados na circunscrição		0.0625
Quantidade de agências bancárias		0.0625
Quantidade de empresas de vigilantes		0.0625
Quantidade de empresas de produtos químicos		0.0625

CONSIDERAÇÕES SOBRE O IPO:

- Define-se índice de produtividade como uma relação entre os resultados alcançados, frente aos recursos necessários a obtê-los em determinado processo;
- O índice de Produtividade Operacional – I.P.O. – de uma unidade é a média aritmética de indicadores de produtividade ponderados por dois pesos: o primeiro pertence ao grupo temático do indicador e o segundo relaciona-se a complexidade da atividade em relação ao outro grupo;
- No cálculo o Índice de Produtividade Operacional – I.P.O. – aplica-se a equação abaixo:

$$IPO = 100 \times \sum_{g=1}^3 p_g \times \left(\sum_{v=1}^{n_g} (p_{vg} \times IP_{vg}^g) \right)$$

Onde:

p_g é o peso do grupo temático g ;

p_{vg} é o peso da variável v do grupo temático g ;

n_g é o número de variáveis no grupo temático g ; e

IP_{vg}^g é o valor do índice de produtividade do grupo temático g ;

- Com escopo de uniformizar a reunião de dados para o Índice de Produtividade Operacional – I.P.O., considera-se Operação Especial de Polícia Judiciária: “toda operação policial que encerre ou tenha possibilidade de encerrar uma ou mais das seguintes características: aplicação de conhecimentos especializados; aplicação de recursos ou meios técnicos especializados ou controlados; aplicação de recursos financeiros de natureza especial; mobilização de mais de 10 (dez) policiais durante a investigação, deflagração ou análise de material apreendido; ações conjuntas com outros órgãos; apoio logístico de mais de uma unidade da Polícia Federal ou órgão externo da Polícia Federal; ocorrência ou possibilidade de repercussão regional ou nacional em razão da importância dos alvos; magnitude das ações ou potencial lesivo da conduta dos indiciados; ações em mais de uma cidade; duração superior a trinta dias; implicação de quadrilha, bando ou organização criminosa ou necessidade de acompanhamento ou coordenação de parte da Unidade Central” artigo 10 da Portaria n.º 709/08-DG/DPF, complementado pelo Memorando Circular n.º 12/2013-DICOR/DPF de 03.06.2013.

Considerando o parâmetro de avaliação do IPO, é possível inferir que a SR/DPF/PE, obteve uma significativa evolução na sua posição em 2013, saindo da 20ª no ano anterior, com um índice de IPO de 1,869 para a 8ª posição, com um índice de 2,144418⁶.

Embora a Polícia Federal tenha conseguido chegar a um indicador de desempenho que melhor se aproxima da realidade da Instituição, posto que estabelece critérios de mensuração para grande maioria dos processos e produtos que estão sob sua responsabilidade, o Órgão permanece empenhado na busca pelo aperfeiçoamento desse processo de formação de indicadores. Nesse propósito, a Coordenação do Centro Integrado de Gestão Estratégica da Polícia Federal (CIGE/DPF) trabalha na avaliação e validação do IPO, bem como na construção e formação de novos indicadores institucionais de gestão, com o fim de possibilitar a mensuração dos trabalhos desenvolvidos em áreas não contempladas pelos índices atualmente existentes no Departamento. Buscar-se-á também agregar melhoria a esses últimos, de modo a atender o disposto nas Decisões Normativas e Portarias do TCU que tratam do tema.

Dessa forma, a Polícia Federal, em toda sua estrutura de gestão (centrais e descentralizadas) espera criar, para os exercícios subsequentes, indicadores de desempenho da gestão que se preste a medir a efetividade dos principais processos das diversas Unidades Jurisdicionadas que compõem o Órgão, tornando mais transparente os resultados alcançados pela gestão.

3 PARTE A ITEM 3 DO ANEXO II DA DN TCU N° 127/2013

3. ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

Para este item do Relatório de Gestão, a Unidade Jurisdicionada só não estará sujeita ao subitem 3.2 (Remuneração Paga a Administradores) e os respectivos Quadros que o acompanha. Os demais subitens aplicam-se todos à UJ e estão expostos e avaliados a seguir com os devidos ajustes na numeração seqüencial.

3.1 Estrutura de Governança

⁶ Conforme publicação sobre produtividade obtido no BS nº 233 publicado em 03/12/2013.

O Departamento de Polícia Federal, como Órgão integrante da Administração direta do Poder Executivo Federal, tem sua estrutura de governança pautada, basicamente, em âmbito interno pela alta Administração, formada pelo Conselho Superior de Polícia – CSP e pelo sistema de correições formado pela Corregedoria Geral e pelas Corregedorias Regionais. Some-se a isso, a Assessoria de Controle Interno, ligada diretamente ao Diretor-Geral, sendo que este preside o Conselho Superior de Polícia. No âmbito externo, a Polícia Federal está sujeita ao sistema de Controle Interno do Poder Executivo, de responsabilidade da Controladoria Geral da União – CGU, além, naturalmente, da submissão ao papel Constitucional do Poder Legislativo executado em nível operacional pelo Tribunal de Contas da União.

Embora a Direção Geral do DPF tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco ainda não conta com unidade local de assessoramento às funções de controle internas.

Em nível local desta unidade jurisdicionada, até o presente momento, as atribuições relativas à governança são realizadas pela estrutura formal da unidade administrativo, mediante implementação de procedimentos de conformidade contábil e de gestão, bem como pelo rigoroso critério de segregação de funções que envolvem as rotinas de planejamento, execução orçamentária e financeira, licitações e contratos, controle de estoques e de patrimônio e de ordenação e despesa. Além da regular atuação da Corregedoria Regional.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

A avaliação dos sistemas de controles internos está calcada na resposta aos pontos destacados no quadro a seguir:

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x

5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			x		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	

Análise Crítica:

Embora a Direção Geral da Polícia Federal tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco ainda não houve a implantação formal da estrutura de assessoramento às atividades dos controles internos.

Até o presente momento, as atribuições de controles internos são realizadas pela estrutura formal da unidade administrativo, mediante introdução de procedimentos de conformidade contábil e de gestão, bem como pelo rigoroso critério de segregação de funções que envolvem as rotinas de planejamento, execução orçamentária e financeira, licitações e contratos, controle de estoques e de patrimônio e de ordenação e despesa, além da atuação da Corregedoria Regional e do controle hierárquico exercido pelas Chefias formais dos diversos setores ligados à UJ.

Importa frisar ainda que o Órgão formalmente responsável pelo acompanhamento desses procedimentos no âmbito do Poder Executivo é a Controladoria-Geral da União, e no caso específico do DPF, com apoio de um Assessor de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, juntamente com os demais Órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Nesse contexto, foi objeto da análise supracitada o sistema de controles internos existente na unidade, com especial atenção para o Setor de Administração e Logística Policial, cujas rotinas foram consideradas relevantes para o regular desempenho orçamentário-financeiro da Unidade e pela Corregedoria Regional que também tem atuado de forma sistemática no cumprimento das suas atribuições correcionais.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: SELOG/SR/DPF/PE

3.3 Sistema de Correições

No âmbito da Polícia Federal o sistema de correição está estruturado a partir da Corregedoria – Geral de Polícia Federal - COGER, que funciona como unidade central do sistema, com *status* de Diretoria, conforme definido na Portaria nº 2.877 do Ministério da Justiça, de 30 de dezembro de 2011, a qual aprovou o Regimento Interno da Polícia Federal, e nas unidades descentralizadas, por Corregedorias Regionais - COR, com *status* de Serviço.

Ainda com base no mencionado normativo, especificamente no artigo 14, pode-se destacar como competências e/ ou responsabilidades do sistema de correições em nível central:

- a) Dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades correcional e disciplinar no âmbito da Polícia Federal;
- b) Orientar, no âmbito da Polícia Federal, a interpretação e o cumprimento da legislação pertinente às atividades de polícia judiciária e disciplinar;
- c) Apurar as infrações cometidas por servidores da Polícia Federal;
- d) Propor ao Diretor-Geral a aprovação de normas e o estabelecimento de parcerias outras instituições na sua área de competência.

No nível local, a qual está inserida esta unidade jurisdicionada, a Corregedoria Regional de Polícia Federal, além das atribuições típicas das Divisões e Serviços, previstas no Art. 23 do Regimento Interno, tem as seguintes competências e/ou responsabilidades especificadas no Art. 227 da Instrução Normativa n.º 13/2005-DG/DPF:

Art. 227. À Corregedoria Regional de Polícia Federal compete:

I - distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial contra servidores do DPF, comunicando tal ato à COAIN/COGER;

II - planejar e executar o Plano de Correições;

III - decidir sobre conflitos de competência, suscitados pelas autoridades policiais;

IV - promover estudos sobre assuntos relacionados a pedidos de instauração de inquérito policial;

V - determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas;

VI - controlar a tramitação de inquéritos policiais e de termo circunstanciado, bem como seus desfechos em Juízo;

VII - decidir sobre a competência da instauração e presidência de expedientes de polícia judiciária que envolva infrações penais de natureza diversa perpetradas em conexão, ou em continência;

VIII - submeter o Relatório de Correições e de estatísticas mensais à CGCOR/COGER;

IX - promover o controle estatístico dos indicadores referentes às atividades, aos resultados das operações policiais e à incidência infracional de sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Superintendente e do Corregedor-Geral.

Para subsidiar seus trabalhos, a Corregedoria Regional, conta ainda com um Núcleo de Disciplina e outro de Correições, que lhe são subordinados, com as seguintes competências e/ou responsabilidades estabelecidas na supramencionada Instrução Normativa:

Art. 228. Ao Núcleo de Disciplina compete:

I - receber e registrar informações que noticiem irregularidades praticadas por servidores;

II - instaurar sindicâncias, processos administrativos e disciplinares, bem como controlar seus prazos legais;

III - elaborar portarias relativas a elogios e à aplicação de sanções disciplinares;

IV - executar prisão disciplinar;

V - escriturar, em ordem cronológica, dados nos livros de registros de sindicâncias, processos administrativos e disciplinares;

VI - executar e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do Sistema SAD, na área de atuação da Superintendência;

VII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Corregedor Regional.

Art. 229. Ao Núcleo de Correições compete:

I - executar o Plano de Correições Periódicas, bem como as atividades relacionadas aos procedimentos correccionais das delegacias especializadas e descentralizadas;

II - examinar autos de inquéritos policiais e termos circunstanciados, antes de serem remetidos à autoridade judiciária;

III - registrar, controlar e executar a tramitação dos procedimentos judiciais, o cumprimento de diligências e mandados expedidos por autoridades judiciárias e requisições expedidas pelo Ministério Público;

IV - controlar e fiscalizar os prazos legais relativos à instauração e à conclusão de inquéritos policiais, termos circunstanciados e investigações policiais preliminares,

V - elaborar pareceres relativos a conflitos de atribuição, suscitados pelas autoridades policiais, bem como o Relatório de Correições;

VI - avaliar o trabalho desenvolvido pelas autoridades policiais;

VII - executar e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do SINPRO, na área de atuação da Superintendência;

VIII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Corregedor Regional.

Por fim, importa esclarecer que a estrutura da Corregedoria Regional de Polícia Federal atua de forma integrada com a Corregedoria-Geral, assim como com o sistema de Correições do Poder Executivo Federal, sob a responsabilidade da Controladoria Geral da União-CGU, uma vez que todos os procedimentos disciplinares instaurados na unidade são lançados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, Coordenado pela Controladoria Geral da União.

Em termos de produções estatísticas, no exercício de 2013, foram instaurados 24 procedimentos disciplinares, sendo 16 sindicâncias investigativas, e 08 processos disciplinares. Por outro lado, foram concluídos 18 procedimentos disciplinares, sendo 10 sindicâncias, e 08 processos disciplinares. Ademais, foram realizadas no exercício de 2013 Correições Extraordinárias, cujo os resultados serão perseguidos em Plano de Saneamento para 2014, em plena vigência, e portanto, com resultados incipientes, que serão objeto de relatório final no exercício corrente.

3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Conforme mencionado no tópico anterior, a unidade de correição desta Unidade Jurisdicionada está cumprindo os termos da Portaria n.º 1.043/2007, especialmente os Artigos 4º e 5º, uma vez que estão sendo lançadas todas as informações especificadas no mencionado normativo sobre os procedimentos disciplinares instaurados na unidade no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD.

3.5 Indicadores Para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos

Embora a Direção Geral da Polícia Federal tenha definido, no seu planejamento estratégico de médio prazo, como uma de suas prioridades a ampliação da atuação da Assessoria de Controle Interno, por meio da criação de projeções regionais em todas as suas vinte e sete Superintendências, a Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco ainda não houve a implantação formal da estrutura de assessoramento às atividades dos controles internos, nem estabeleceu um modelo específico para monitoramento e avaliação da governança e efetividade desses controles internos.

Por outro lado, as atribuições de controles internos são realizadas pela estrutura formal da unidade administrativo, mediante introdução de procedimentos de conformidade contábil e de gestão, bem como pelo rigoroso critério de segregação de funções que envolvem as rotinas de planejamento, execução orçamentária e financeira, licitações e contratos, controle de estoques e de patrimônio e de ordenação e despesa, além da atuação da Corregedoria Regional e do controle hierárquico exercido pelas Chefias formais dos diversos setores ligados à UJ.

Importa frisar ainda que o Órgão formalmente responsável pelo acompanhamento desses procedimentos no âmbito do Poder Executivo é a Controladoria-Geral da União, e no caso específico do DPF, com apoio de um Assessor de Controle Interno da Direção Geral do Departamento de Polícia Federal e pela Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Justiça, juntamente com os demais Órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Portanto, o sistema de controles internos e governança existente na unidade podem ser considerados efetivos, em especial atuação do Setor de Administração e Logística Policial, cujas rotinas foram consideradas relevantes para o regular desempenho orçamentário-financeiro da Unidade e pela Corregedoria Regional que também tem atuado de forma sistemática no cumprimento das suas atribuições correccionais.

PARTE A ITEM 4 DO ANEXO II DA DN TCU N° 127/2013

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A natureza de unidade gestora que caracteriza a unidade jurisdicionada da Superintendência da Polícia Federal em Pernambuco, tendo como incumbência no processo orçamentário unicamente a execução de despesa, sem ingerência no processo de planejamento que está centralizada na Unidade Orçamentária do Departamento de Polícia Federal, faz com que para este item do Relatório de Gestão, deixemos de apresentar, por não se aplicar à natureza da UJ ou por não ter tido ocorrência, os sub-itens 4.2 (Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos o recursos), 4.4 (Transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congeneres), 4.6 (Renúncia de Receitas) e 4.7 (Gestão de precatórios).

4.1 Execução das Despesas

Pelas razões já exposta na abertura desse item do relatório, a unidade jurisdicionada é subordinada no processo orçamentário à unidade orçamentária do Departamento de Polícia Federal, não tendo, por essa razão, no Plano Plurianual 2012/2015, qualquer programa temático ou de apoio à gestão sob sua responsabilidade gerencial. Por conseguinte, os quadros A.4.1.1 (Programação de Despesas); A.4.1.3.1 (Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originais – Total); A.4.1.3.3 (Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originais – Total); A.4.1.3.5 (Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação), A.4.1.3.6 (Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação) não se aplicam a esta unidade jurisdicionada ou não tiveram ocorrência. Os quadros restantes estão devidamente apresentados e avaliados na seqüência deste relatório de gestão, com as devidas adequações de numeração seqüencial em relação à original contida na Portaria TCU 175/2013.

4.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa

A unidade jurisdicionada da Superintendência da Polícia Federal no Estado de Pernambuco executou por meio da unidade gestoras (UG) 20398, vinculada respectivamente à gestão 00001 – Tesouro, executa parcela do Orçamento Geral da União, provisionada mediante cotas orçamentárias oriundas da unidade central de orçamento do DPF (COF/DLOG/DPF), portanto, relativas à movimentação interna. Neste contexto, resta-nos para este subitem, as informações a seguir do quadro originalmente numerado com A.4.1.2.1 que passa a receber a numeração seqüencial deste relatório para A.4.1.1.1 como segue:

QUADRO A.4.1.1.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas				Valores Em R\$ 1,00		
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	200336	200398	0612221122000001			6.303.333,43
Recebidos	200336	200398	0612221122000001			6.303.333,43
Concedidos	200336	200398	06181207027260001			3.430.766,12
Recebidos	200336	200398	06181207027260001			3.430.766,12
Concedidos	200336	200398	06183207014WH0101			158.979,87
Recebidos	200336	200398	06183207014WH0101			158.979,87
Concedidos	200336	200398	0618320707U230001			3.599.799,50
Recebidos	200336	200398	0618320707U230001			3.599.799,50
Concedidos	200336	200398	06301211220040001			6.689,00
Recebidos	200336	200398	06301211220040001			6.689,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	200336	200398	0612221122000001	914.849,62		
Recebidos	200336	200398	0612221122000001	914.849,62		
Concedidos	200336	200398	06181207027260001	867.194,52		

Recebidos	200336	200398	06181207027260001	867.194,52		
------------------	--------	--------	-------------------	------------	--	--

Fonte: Siafi Gerencial.

4.1.2 Realização da Despesa

A despesa realizada pela UJ correspondeu à totalidade dos créditos orçamentários recebidos por meio de repasses (provisões) oriundas da Coordenação de Orçamento e Finanças, conforme demonstrado nos quadros seguintes.

QUADRO A.4.1.2.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ - Valores Em R\$ 1,00

<i>Unidade Orçamentária: Departamento de Polícia Federal</i>		<i>Código UO: 10308</i>		<i>Código UOG: 200398</i>	
<i>Modalidade de Contratação</i>	<i>Despesa Liquidada</i>		<i>Despesa Paga</i>		
	<i>2013</i>	<i>2012⁷</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	4.886.318,21	3.777.174,53	4.456.230,97	3.777.174,53	
<i>a) Convite</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	
<i>b) Tomada de Preços</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	
<i>c) Concorrência</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	
<i>d) Pregão</i>	4.886.318,21	3.777.174,53	4.456.230,97	3.777.174,53	
<i>e) Concurso</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	
<i>f) Consulta</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	
2. Contratações Diretas (g+h)	2.308.731,55	1.050.888,99	1.329.584,97	1.050.888,99	
<i>g) Dispensa</i>	878.992,20	841.080,40	828.469,97	841.080,40	
<i>h) Inexigibilidade</i>	1.429.739,55	209.808,59	501.115,00	209.808,59	
3. Regime de Execução Especial	350.660,99	313.715,56	350.660,99	313.715,56	
<i>i) Suprimento de Fundos</i>	350.660,99	313.715,56	350.660,99	313.715,56	
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	3.262.954,71	3.235.240,91	3.262.954,71	3.235.240,91	
<i>j) Pagamento em Folha</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	

⁷ Valores somados das UG 200398 e 200399 e ajustados conforme cada caso.

k) Diárias	3.262.954,71	3.235.240,91	3.262.954,71	3.235.240,91
5. Outros	462.594,88	105.725,73	461.602,41	105.620,31
6. Total (1+2+3+4+5)	11.271.760,34	8.482.745,72	9.861.034,05	8.482.640,30

Fonte: Siafi Gerencial

**QUADRO A.4.1.2.2 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS
ORIGINÁRIOS - EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ**

DESPESA CORRENTE							Valores Em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
1 – Despesas de Pessoal	32.438,48	45.106,16	32.438,48	45.106,16	0,00	0,00	32.438,48	45.106,16
08 – Outros Benefícios Assistenciais	32.438,48	45.106,16	32.438,48	45.106,16	0,00	0,00	32.438,48	45.106,16
3 – Outras Despesas Correntes	9.246.455,39	13.454.341,76	8.339.354,46	11.041.386,23	907.100,93	2.412.955,53	8.382.475,12	9.689.265,03
14 – Diárias – Pessoal Civil	3.235.240,91	3.262.954,71	3.235.240,91	3.262.954,71	0,00	0,00	3.235.240,91	3.262.954,71
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.488.992,11	2.596.042,32	2.053.869,81	2.009.796,96	435.122,30	586.245,36	2.053.869,81	1.945.837,52
30 – Material de Consumo	421.891,50	3.657.300,59	342.132,80	2.007.333,45	79.758,70	1.649.967,14	342.132,80	1.046.826,59
Outros	3.100.330,87	3.938.044,14	2.708.110,94	3.761.301,11	392.219,93	176.743,03	2.751.231,60	3.433.646,21
DESPESA DE CAPITAL							Valores Em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
4 – Investimentos	675.192,31	1.782.044,14	55.434,91	184.767,95	619.757,40	1.597.276,19	55.434,91	127.159,95
51 – Obras e Instalações – Op. Int. Orc.	344.473,50	0,00	0,00	0,00	344.473,50	0,00	0,00	0,00
52 – Equip. e Material Permanente – Op. Intra-	323.279,61	1.782.044,14	47.995,71	184.767,95	275.283,90	1.597.276,19	47.995,71	127.159,95

Orç.									
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	7.439,20	0,00	7.439,20	0,00	0,00	0,00	7.439,20	0,00	

Fonte: Siafi GERENCIAL

Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ:

A natureza da atuação da unidade jurisdicionada que apenas executa recursos descentralizados da Unidade Orçamentária do DPF (UG 200336) a inviabiliza de executar despesas com Juros e Encargos da Dívida, do grupo de despesas correntes, bem como despesas com Inversões Financeiras e Amortização da Dívida, do grupo de despesas de capital; portanto, as linhas correspondentes a essas informações foram excluídas do quadro A.4.1.2.2; ocorrendo o mesmo em relação às informações de recebimento de créditos de origem externa, contido no quadro A.4.1.2.1.

Alterações Significativas Ocorridas no Exercício: Como a cidade de Recife, no ano de 2013, foi sede de jogos da COPA DAS CONFEDERAÇÕES, houve um significativo incremento da despesa de custeio, especialmente no que tange ao material de consumo e serviços de pessoa física, além do grupo investimentos em equipamentos e material permanente.

Contingenciamento no exercício: O contingenciamento de créditos orçamentários, política adotada de maneira corrente pelo Ministério do Planejamento, mediante o mecanismo de limitação de saldos para empenho aliada à política de repasses financeiros em patamares insuficientes às necessidades correntes, fatos esses ocorridos no exercício, teve impacto negativo na relação com os fornecedores, com inevitáveis e indesejados atrasos no pagamento de obrigações junto a fornecedores e dificuldades no cumprimento dos contratos.

Eventos negativos que prejudicaram a execução orçamentária: O contingenciamento de recursos, a intempestividade na sua liberação e a demanda crescente por servidores tiveram reflexos negativos na atuação da Superintendência Regional, porém, essas limitações foram superadas de modo que não houve prejuízo ao funcionamento regular da unidade.

Todavia, a situação em foco demonstra que, com a crescente demanda por serviços que a Polícia Federal deve desempenhar para o combate à criminalidade e atendimento aos cidadãos, sobretudo quando se aproximam grandes eventos internacionais que o País sediará, os recursos humanos e materiais constituirão fatores decisivos para o melhor cumprimento das missões da Polícia Federal.

Eventos positivos que facilitaram a execução orçamentária: Atendendo metas de contenção de despesas, foram mantidas as políticas de controle de ligações telefônicas e disseminação entre os servidores do Órgão quanto ao uso do VOIP - Voice Over Internet Protocol (tecnologia de transmissão de voz sobre protocolo de internet), que segundo estudos da DLOG/DPF possibilita uma economia real no custo final dos serviços de telefonia. O uso desse serviço permite que ligações telefônicas sejam realizadas por meio da rede internet ou através de redes de dados corporativas. Uma das grandes vantagens do uso do VOIP é de não haver custo, exceto aqueles previstos com o uso da rede lógica, nas ligações telefônicas entre Delegacias do interior e a SR/DPF/PE, e vice-versa; bem como em ligações interurbanas realizadas entre Unidades de Estados distintos. A SR/DPF/PE é uma das Regionais do DPF que já utiliza o serviço de VOIP de forma regular.

Destaca-se ainda o uso da videoconferência como meio de aperfeiçoamento das ferramentas de comunicação interna da Unidade com os Órgãos Centrais. Tal tecnologia tem permitido significativa redução de custos com diárias de servidores, de forma que os responsáveis por núcleos de investigação bem como dirigentes de Setor, Delegacia, Divisão, entre outros, podem promover intercâmbio simultâneo de informações, sem necessidade de locomoção geográfica.

Além das facilidades do VOIP e da videoconferência, salienta-se a gestão mais eficaz da telefonia fixa convencional nesta Unidade Jurisdicionada proporcionada por medidas de controle e identificação dos usuários da telefonia e das respectivas ligações telefônicas realizadas, sobretudo aquelas efetuadas fora do interesse do serviço, cujo custo é ressarcido à União mediante o pagamento de Guia de Recolhimento da União (GRU) pelo responsável. A liberação de acesso ao serviço de telefonia, no âmbito desta Unidade Jurisdicionada, exige senha individual e perfil de acesso para cada usuário.

Nessa mesma linha de gerenciamento de custos, visando sua redução sem prejuízo do bom andamento do serviço, foram mantidas ações de redução nos custos de energia elétrica, com estabelecimento de contratos de fornecimento em perfis adequados ao padrão de consumo da unidade; foram adotadas medidas de controle e liberação de viaturas, mediante utilização de sistema próprio (SIGEPOL), o qual permite a individualização e responsabilização de usuários de veículos (viaturas) da Polícia Federal, possibilitando, com isso, significativa redução no custo do fornecimento de combustível e manutenção de veículos e pagamento de multas.

4.2 Movimentação e Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Para este subitem deste Relatório de Gestão, as informações relativas à UG 200398 estão explicitadas no Quadro A.4.2 a seguir, o qual fora renumerado em relação à numeração contida na Portaria 175/2013.

Quadro A.4.2 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores					<i>Valores em R\$ 1,00</i>
<i>Restos a Pagar Processados</i>					
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2013</i>	
2012	105,28	105,28	0,00	0,00	
2011	37.878,67	7.718,39	30.160,28	0,00	
<i>Restos a Pagar Não Processados</i>					
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos acumulados</i>	<i>Pagamentos acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2013</i>	
2012	1.526.858,33	162.226,19	1.289.666,26	74.965,88	
2011	679.859,73	161.802,02	518.047,51	0,00	

Análise Crítica: A Evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ

Pela análise do quadro A.4.2, constata-se que a unidade apresentou uma significativa

redução do seu saldo final de restos a pagar em 31/12/2013, denotando o esforço, que contou com a necessária contrapartida da Unidade Central de Orçamento e Finanças do DPF (COF/DLOG/DPF), no sentido de zerar esses saldos de restos a pagar inscritos no exercício anterior.

4.3 Suprimento de Fundos

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco executou despesas por meio de suprimento de fundos, utilizando, tão somente, o Cartão de Pagamento do Governo Federal, observando as disposições constantes nos Decretos 5.355/2005, 6.370/2008, além do Decreto 93.872/1986 (artigo 47) e 3.518/2000, e ainda a Instrução Normativa (IN) nº 05/1996-Secretaria do Tesouro Nacional, Portaria 90, de 24 de abril de 2009 do Ministério do Planejamento, Portaria nº 95, de 19 de abril de 2002, do Ministério da Fazenda; bem como a legislação adicional referente ao assunto em pauta, especialmente a IN nº 49/2011-DG/DPF.

No âmbito interno, em 22 de dezembro de 2011, foi expedida a Instrução Normativa nº 049/2011-Direção Geral do DPF, que estabelece procedimentos a serem observados na concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos, destinado ao atendimento das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal. Esse novo normativo atualizou os procedimentos, consoante as Portarias (supracitadas) expedidas em 2009, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério da Justiça.

Assim, a nova IN nº 049/2011-DG/DPF manteve a regulamentação da concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos para o custeio das despesas decorrentes das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal – DPF, com regime especial de execução, previsto no artigo 47 do Decreto nº 93.872/86, e das despesas previstas no art. 45 do mesmo instrumento legal, atualizando as orientações voltadas para os Ordenadores de Despesas e supridos, de forma prática e objetiva, na gestão de tais meios de execução da despesa pública, visando à padronização dos procedimentos envolvidos.

Os montantes de gastos com Cartões de Pagamento do Governo Federal nos referidos exercícios estão expostos nos quadros abaixo, ambos previsto no subitem 4.5 da portaria 175/2013 do TCU, renumerada na seqüência deste relatório para 4.3, sendo que o quadro A.4.5.2 (numeração original) não se aplica a este UJ, uma vez que a UG não realizou despesas de suprimentos de fundos por meio de contas bancárias tipo “B”.

Quadro A.4.3.1 – Despesas Realizadas com Cartão de Crédito Cooperativo (Série Histórica)

SUPRIMENTO DE FUNDOS				Valores em R\$ 1,00	
<i>Exercícios</i>	<i>Saque</i>		<i>Fatura</i>		<i>Total (R\$)</i>
	<i>Quantidade</i>	<i>(a) Valor</i>	<i>Quantidade</i>	<i>(b) Valor</i>	<i>(a+b)</i>
2013	346	222.356,85	71	128.304,14	350.660,99
2012	237	155.456,46	58	140.694,86	296.151,32
2011	360	284.324,00	74	171.416,04	455.740,04
2010	537	431.653,00	74	229.818,28	661.471,28

FONTES: SIAFI

Quadro A.4.3.2 – Despesas Cartão de Crédito Cooperativos por UG e por Portador

Código da UG	200398	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			<i>Saque</i>	<i>Fatura</i>	
<i>MIGUEL FARIAS PONTES</i>	049.194.794/17	8.000,00	791,40	1.022,60	1.814,00
<i>JORGE OLIVEIRA DE ANDRADE</i>	149.177.004/00	25.000,00	6.043,00	8.020,80	14.063,80
<i>RICARDO SALDANHA HONORATO</i>	727.082.714/15	8.000,00	60,00	1.197,53	1.257,53
<i>FABIO UANDERSON BIZERRA CAVALCANTI</i>	835.061.794/20	4.817,00	143,30	4.673,70	4.817,00
Total utilizado pela UJ sob o Regime de Pequeno Vulto			7.037,70	14.914,63	21.952,33
Total Utilizado pela UG			222.356,85	128.304,14	350.660,99

FONTE: SIAFI

Quadro A.4.3.3 – Prestação de Contas Suprimento de Fundos (CPGF) - Valores em R\$ 1,00

Situação	CPGF					
	2013		2012		2011	
	<i>Qtd.</i>	<i>Valor</i>	<i>Qtd.</i>	<i>Valor</i>	<i>Qtd.</i>	<i>Valor</i>
<i>PC não Apresentadas</i>	-	-	-	-	-	-
<i>PC Aguardando Análise</i>	-	-	-	-	-	-
<i>PC em Análise</i>	-	-	-	-	-	-
<i>PC não Aprovadas</i>	-	-	-	-	-	-
<i>PC Aprovadas</i>	43	350.660,39	27	296.151,32	39	455.740,04

FONTE: SIAFI

ANÁLISE CRÍTICA:

Em 2013, nesta Unidade Jurisdicionada, houve um ligeiro acréscimo nas despesas pagas mediante suprimento de fundos, em relação ao ano de 2012, especialmente por conta do uso do Regime Especial de Execução aplicado às atividades peculiares da Polícia Federal. Como no

exercício de 2013 foram realizadas dezoito (18) operações policiais relacionadas às investigações em curso na unidade, três (03) de erradicação do plantio de maconha na região do Vale do Rio São Francisco, muitas delas de natureza sigilosa e as demais de curso regular e/ou restrito. Nesse contexto, houve o crescimento da demanda por despesas sob esse regime de execução, tanto na modalidade comum, como na modalidade sigilosa.

Contudo, há que ser destacado o rigoroso processo normativo que regulamento o Regime Especial de Execução (IN 049/2011-DG/DPF), o qual vem sendo rigorosamente aplicado pela UJ, tanto para concessão, como para prestação de contas. Por essa razão é que todos os processos de concessão de suprimento foram devidamente apresentados à prestação de contas e tiveram suas contas aprovadas.

PARTE A ITEM 5 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria reforma e pensão à CGU, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos (CRH) da Diretoria de Gestão de Pessoal (DGP) do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão Consolidado pelo Órgão Central. Os quadros expostos adiante, sobre aposentadorias e pensões ocorridas no âmbito da SR/DPF/PE, referem-se a dados apenas ano exercício de 2013, de forma que o quantitativo (total) de servidores inativos ou de pensionistas é acompanhado e informado pela CRH/DGP/DPF.

5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

As diversas situações envolvendo o corpo de servidores da SR/DPF/PE estão devidamente demonstradas nos quadros seguintes, conforme modelos do item específico da Portaria 175/2013 do TCU, sendo que do subitem A.5.1.4, com os respectivos quadros, até o subitem A.5.1.8, não tiveram ocorrência nessa UJ, ou por não se aplicarem ao Departamento de Polícia Federal, ou por tratar-se de informação a ser fornecida em nível central no Relatório de Gestão Consolidado das UJs Centrais do DPF. Cabendo acrescentar em relação aos quadros específicos do acréscimo de força de trabalho que não houve, no exercício de 2013, autorização para realização de concurso público ou provimento adicional para substituição de funcionários terceirizados no âmbito deste Departamento de Polícia Federal.

Cabe esclarecer ainda que as informações constantes dos Quadros A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ e A.5.2.2 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária, são resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no BS 242. Logo, não constarão deste Relatório de Gestão, embora tenha dados disponíveis, ficando, entretanto, à disposição dos órgãos de controle mediante formalização de entrega das mesmas.

Por outro lado, as demais informações relativas força de trabalho que não estejam resguardadas por sigilo e não constem deste relatório, serão consolidadas no Relatório de Gestão do órgão Central.

Os demais quadros deste subitem estão expostos a seguir, com o devido ajuste na numeração em razão de realidade da UJ.

Quadro A.5.1.1 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12

<i>Tipologias dos Afastamentos</i>	<i>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</i>
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	02
<i>1.1. Exercício de Cargo em Comissão</i>	<i>02</i>
<i>1.2. Exercício de Função de Confiança</i>	<i>00</i>
<i>1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)</i>	<i>00</i>
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	00
<i>2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo</i>	<i>00</i>
<i>2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior</i>	<i>00</i>
<i>2.3. Para Serviço em Organismo Internacional</i>	<i>00</i>
<i>2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País</i>	<i>00</i>
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	27
<i>3.1. De ofício, no interesse da Administração</i>	<i>05</i>
<i>3.2. A pedido, a critério da Administração</i>	<i>05</i>
<i>3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro</i>	<i>01</i>
<i>3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde</i>	<i>00</i>
<i>3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por</i>	<i>16</i>

<i>Processo seletivo</i>	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	68
4.1. Doença em pessoa da família	00
4.2. Capacitação	68
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	00
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	00
5.2. Serviço militar	00
5.3. Atividade política	00
5.4. Interesses particulares	00
5.5. Mandato classista	00
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	00
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	00

Fonte: SRH/SR/DPF/PE

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

<i>Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas</i>	<i>Lotação</i>		<i>Ingressos no Exercício</i>	<i>Egressos no Xercício</i>
	<i>Autorizada</i>	<i>Efetiva</i>		
1. Cargos em Comissão	04	04	04	04
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	00	00	00	00
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	04	04	04	04
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	00	00	00	00
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	00	00	00	00

2. Funções gratificadas	24	21	12	00
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	24	21	12	00
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	28	25	16	04

Fonte: SRH/SR/DPF/PE. OBS: algumas linhas com valores zerados foram excluídas em relação à planilha original.

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade ⁸								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	0	0,24	0,40	2,36	4,08	92,93	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0,24	0,40	2,36	4,08	92,93	0	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0,24	0	2,36	4,08	92,93	0	0	0

LEGENDA: Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SRH/SR/DPF/PE. OBS: algumas linhas com valores zerados foram excluídas em relação à planilha original.

⁸ Valores fornecidos em termos percentuais por questão de segurança.

Quadro A.5.1.3 - Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimen- tos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exerc. Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefício Assist. e previdenciário	Demais despesas variáveis			
<i>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</i>										
2013	61.744.452	133.086	7.975.959	1.874.254	1.869.880	2.178.386	22.057	-	71.679	75.869.757
2012	60.475.686	148.375	7.546.696	1.646.315	1.546.551	2.689.159	10.697	18.306	93.503	74.175.292
2011	60.484.736	137.191	7.414.332	1.637.989	1.467.822	1.961.126	-	-	117.227	73.220.425
OBS: Quadro contém apenas as colunas com ocorrência na UJ e sem as casas decimais dos centavos.										

Fonte: SRH/SR/DPF/PE

Quadro A.5.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação 31 de Dezembro

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	222	15
1.1 Voluntária	190	13
1.2 Compulsória	00	00
1.3 Invalidez Permanente	31	01
1.4 Outras	1	01
2. Proporcional	32	02
2.1 Voluntária	24	00
2.2 Compulsória	00	00
2.3 Invalidez	08	00

Permanente		02
2.4 Outras	00	00
3. Totais (1+2)	254	17

Fonte: SIAPE

5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.

No que tange à contratação de mão de obra terceirizada a que se referi este subitem, esta UJ tem ocorrência em relação às informações cobradas originalmente nos quadros A.5.2.3 (contratação de serviços de limpeza, Higiene, Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada) e A.5.2.4 (Informações sobre locação de mão de obra não abrangidas pelo plano de cargos do órgão), sendo que os quadros respectivos sofreram alteração na numeração para enquadrar-se na ordem deste relatório. Eventuais informações sobre os demais quadros deste subitem serão fornecidas no Relatório de Gestão Consolidado do Órgão Central, uma vez que não há ocorrência específica da UJ.

Quadro A.5.2.1 – Contratos de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO													
UG/Gestão: 200398/00001						CNPJ: 00.394.494/0033-13							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	11/2008	00.323.090/0001-51	29/10/2008	29/10/2014	29	29					P
2012	V	O	01/2012	07.774.050/0001-75	01/01/2012	31/12/2014			36	36			A

Fonte: Gestão de Contratos

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro A.5.2.2 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO D PERNAMBUCO													
UG/Gestão: 200398/00001						CNPJ: 00.394.494/0033-13							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	Segurança	O	01/2012	07.774.050/0001-75	01.01.2012	01.01.2015			36	36			P
2008	Limpeza	O	11/2008	00.323.090/0001-51	29.10.2008	29.10.2014	29	29					P
2010	Manutenção Predial	O	08/2010	00.323.090/0001-51	02.10.2010	02.09.2014	4	4					P
2011	Marinharia	O	02/2011	00.323.090/0001-51	02.05.2011	02.05.2014	1	1					P
2009	Informática	O	05/2009	01.781.573/0001-62	06.02.2009	06.02.2014	8	8					P
2011	Informática	O	07/2011	01.781.573/0001-62	01.12.2011	01.12.2014			2	2			P
2010	Recepção	O	13/2010	08.362.490/0001-88	19.09.2010	19.09.2014			27	27			P
2012	Copeiragem e reprografia	O	08/2012	08.966.334/0001-26	08.10.2012	08.10.2013	2	2					A

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gestão de Contratos da SR/DPF/PB

Quadro A.5.2.3 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	11	13	28	24	-
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	11	13	28	24	
2. Nível Médio	11	31			-
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	11	31			
3. Total (1+2)	22	44	28	24	179.116,55

Fonte: Setor de Recursos Humanos – SRH/SR/DPF/PE

Análise Crítica e Considerações:

Verificamos no quadro da força de trabalho da UJ (A.5.1.1.1 – não divulgado por conta do sigilo) em 31/12/2013, que houve um pequeno decréscimo no número de servidores de 2012 para 2013. Informamos que os ingressos de servidores no exercício de 2013 são oriundos de remoção, enquanto que os egressos no exercício referem-se servidores removidos e/ou aposentados no exercício de 2013.

O quadro das situações que reduzem a força de trabalho na UJ mostra que 27 servidores foram removidos em 2013, sendo 05 de Ofício no interesse da administração, 05 a pedido a critério da administração e 16 a pedido independentemente do interesse da administração corresponde ao concurso de remoção. Cabe destaque ainda o número de servidores em licença capacitação (68), situação que também reduz, momentânea, a força de trabalho, embora deva trazer um ganho futuro com a capacitação.

O quadro do detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ mostra que em 31.12.2013 havia 28 funções gratificadas e cargos em comissão, sendo 25 ocupadas e 03 vagas. No exercício, houve um ingresso de 16 servidores para cargos em comissão e/ou funções de confiança, com o mesmo número de egressos.

A composição do quadro de recursos humanos por faixa etária, também não divulgado em razão do sigilo, mostra que a maioria dos servidores estão enquadrados nas faixas de 31 a 50 anos de idade, correspondente a aproximadamente de 71% do total de servidores da SR/DPF/PE, verificamos o percentual de 23% dos servidores na faixa de 51 a 60 anos de idade, onde a grande maioria desse percentual já implementou os requisitos para aposentadoria.

A composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade levou em consideração para o levantamento dos dados, as informações prestados pelos servidores ao setor de recursos humanos e o cadastro dos servidores no SIAPE, por isso o número reduzido de servidores com nível de aperfeiçoamento/especialização/pós-graduação, pois muitos servidores não

apresentam ao setor de recursos humanos seus certificados de pós-graduação. Não consideramos como pós-graduação os servidores posicionados na classe especial, que fizeram curso especial de polícia na Academia Nacional de Polícia do DPF, pois verificamos que alguns dos servidores, Agentes de Polícia Federal e Escrivão de Polícia Federal, posicionados nesta classe não possuem nível de graduação.

Verificamos que o ligeiro acréscimo dos valores do quadro de custos de pessoal no exercício de 2013 refere-se, basicamente, às progressões que ocorreram em 2013, que devido ao Decreto 7014/2009 de 23.11.2009, publicado no DOU nº 224 de 24.11.2009, combinado com a Portaria nº 3997/MJ, de 02.12.2009, publicada no DOU nº 231 de 03.12.2009, que definiu novos procedimentos para progressão de servidores da carreira policial e fez com que houvesse um aumento substancial no número de progressões dos servidores dessa carreira nos últimos três anos.

Houve um ligeiro aumento no número de servidores inativos, verificado no quadro de composição do quadro de servidores inativos, que em 31.12.2013 era 254, esse número pode crescer substancialmente devido a SR/DPF/PE possuir aproximadamente 50 servidores recebendo o Abono de Permanência, portanto, em condições de a qualquer momento solicitar sua aposentadoria; esse número tende a crescer, para mais servidores que nos próximos dois anos completarão tempo para aposentar e poderão requerer o Abono de Permanência.

Entramos em contato com a SEAP/CRH/DPF (Setor de Aposentadorias e Pensões em Brasília), centralizadora da gestão das aposentadorias e pensões no Departamento de Polícia Federal e esta nos informou sobre o quadro relativo aos atos sujeitos a registro no TCU, nos sendo informado que todas as concessões de aposentadoria e pensões, logo que publicadas no DOU, são objeto de cadastramento no SISAC ficando a disposição do TCU para análise, logo havendo o cadastramento em até 30 dias do fato caracterizado, conforme demonstrado no quadro específico do Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.

Com relação ao quadro de composição de estagiários, restou demonstrado que houve significativa redução dessa força de trabalho uma vez que o Órgão Central de pessoal limitou em 24 o número de colaboradores no segundo semestre de 2013.

Esclarecemos que não temos acesso a informações que fazem referência aos serviços terceirizados para o preenchimento dos quadros inerentes aos Cargos e atividades das categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada, eventualmente ocupados por contratados, sendo que nesta UJ não há esse tipo de ocorrência. Também não nos cabe informar sobre a relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicionais autorizados, bem assim sobre as autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.

No tocante a esta descentralizada, continuamos com uma grande demanda de serviços administrativos e policiais, para o número reduzido de servidores, o que gera a necessidade de aumento no quadro de servidores administrativos e policiais das Delegacias de Polícia Federal em Caruaru e em Salgueiro, de modo a não permitir a sobrecarga em alguns servidores e prejudicar a qualidade da atividade prestada.

ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A frota de veículos da SR/DPF/PE é utilizada para o desempenho de suas atribuições em estrita observância ao normativo interno, ou seja, IN nº 034/2010-DG/DPF, de 02 de julho de 2010 que disciplina a classificação, identificação, licenciamento, responsabilização e controle do uso dos veículos do DPF, sendo o Núcleo de Transportes, ligado ao Setor de Administração e Logística Policial NUTRAN/SELOG/SR/DPF/PE o responsável pela gestão da frota.

No ano de 2013 esta unidade jurisdicionada contava com significativa frota de veículos que se mostrou fundamental para o desempenho do trabalho policial, uma vez que em quase todas as atividades fins da unidade há demanda pelo uso de veículos, seja ostensivo e não ostensivos. A idade média dessa frota é de três (03) anos de uso. Todas as atividades relacionadas ao uso, manutenção, baixa, abastecimento e licenciamento e controlado por meio do sistema próprio da SR/DPF/PE (SIGEPOL – Sistema de Gerenciamento Policial), além do sistema da ECOFROTAS, empresa contrata para fornecimento dos serviços de manutenção veicular.

A seguir estão ilustradas algumas informações sobre os dados da frota, e ainda uma tabela sobre o consumo de combustíveis no ano de 2013, sendo que, não é possível disponibilizar no Relatório de Gestão algumas informações demandadas sobre a frota, além de algumas repercussões em outros itens, por estarem resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no BS 242. Entretanto, essas informações estarão à disposição dos órgãos de controle mediante formalização de entrega das mesmas.

TABELA IV – Valores Gastos com Combustíveis no Exercício

MÊS	VALOR GASTO EM R\$	MÊS	VALOR GASTO EM R\$
JANEIRO	19.186,78	JULHO	34.186,14
FEVEREIRO	22.741,79	AGOSTO	39.277,73
MARÇO	32.068,29	SETEMBRO	32.685,24
ABRIL	45.168,29	OUTUBRO	34.414,18
MAIO	39.653,16	NOVEMBRO	31.207,45
JUNHO	52.183,03	DEZEMBRO	23.056,47
TOTAL			405.728,31

Fonte: Relatório NUTRAN/SELOG/SR/DPF/PE

Cabe esclarecer, finalmente, que a unidade mantém contrato de manutenção veicular com a empresa ECOFROTAS, tendo sido gasto no ano de 2013 o montante de R\$ 489.898,74 (quatrocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e noventa e oito reais, setenta e quatro centavos), o que equivale a uma média mensal de R\$ 40.824,89 (quarenta mil, oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e nove centavos) gastos com manutenção de veículos, correspondente ao custo anual médio de manutenção para cada veículo da ordem de R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais).

Para fornecimento de combustível é utilizado o sistema de abastecimento com cartão, mediante contrato com a empresa VALE CARD; tendo sido gasto em 2013 o montante de R\$ 405.728,31 (quatrocentos e cinco mil, setecentos e vinte e oito reais, trinta e um centavos), equivalendo a uma média anual de aproximadamente R\$ 3.120,00 (três mil, cento e vinte reais) de gasto de combustíveis com cada veículo.

Cabe frisar que no sistema SIGEPOL é possível individualizar essas informações por cada veículo, permitindo assim aferir o conjunto de dados pertinentes à caracterização do veículo, seu uso e os custos a ele associados, conforme segue no exemplo ilustrativo extraído do mencionado sistema:

ARCA/TIPO/MODELO: focus	COR: preto	ANO FAB: 2009
GRUPO: Viatura Oficial	COMBUSTÍVEL: ETANOL e GASOLINA	PATRIMÔNIO:
PLACA ATUAL:	CIDADE/UF: RECIFE/PE	LOCALIZAÇÃO: SR/DPF/PE
CHASSI:	HP:	RENAVAM: 142147265

MÊS	DISTÂNCIA NO MÊS (Km)	CONSUMO DE COMB. (L)	KM POR LITRO	VALOR DA DESPESA (R\$)			TOTAL(R\$)	GASTO POR KM
				COMBUSTÍVEL	MANUT/CONSER	REPAROS		
JAN	277	37,7	7,35	97,93	0	0	97,93	R\$ 0,35 / km
FEV	431	0,0	0,00	0,00	0	0	0,00	R\$ 0,00 / km
MAR	130	0,0	0,00	0,00	0	0	0,00	R\$ 0,00 / km
ABR	2739	0,0	0,00	0,00	0	0	0,00	R\$ 0,00 / km
MAI	35	187,1	0,19	546,05	239,62	0	785,67	R\$ 22,45 / km
JUN	22	81,8	0,27	244,52	0	0	244,52	R\$ 11,11 / km
JUL	53	0,0	0,00	0,00	0	0	0,00	R\$ 0,00 / km
AGO	0	17,9	0,00	50,00	0	0	50,00	R\$ 0,00 / km
SET	0	3.943,0	0,00	117,90	0	0	117,90	R\$ 0,00 / km
OUT	0	0,0	0,00	0,00	0	0	0,00	R\$ 0,00 / km
NOV	806	3.100,0	0,26	85,84	2144,75	0	2.230,59	R\$ 2,77 / km
DEZ	646	0,0	0,00	0,00	0	0	0,00	R\$ 0,00 / km
TOTAL	5.139	7.367,38		1.142,24	2.384,37	0,00	3.526,61	

Fonte: SIGEPOL.

Por fim, cabe esclarecer que a UJ não trabalha com veículos locados e a política de substituição da frota é planejada e executada pela Diretoria de Administração e Logística Policial – DLOG/DPF, unidade responsável pelas aquisições de veículos em nível nacional para o DPF, a qual será explicitada no Relatório de Gestão Consolidado do Órgão Central do DPF.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

As informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ estão inseridas nos quadros específicos as seguir:

Quadro A.6.2.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 201
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Recife	2	2
	Salgueiro	1	1
Subtotal Brasil		03	03
EXTERIOR	PAÍS 1	00	00
	PAÍS "n"	00	00
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		03	03

Fonte: SELOG/SR/DPF/PB

Quadro A.6.2.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Caruaru	1	1
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR	PAÍS 1	00	00
	PAÍS "n"	00	00
Subtotal Exterior		00	03
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: SELOG/SR/DPF/PB

Quadro A.6.2.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200398	2531.0052 5. 500-0	Entrega- Administração Federal Direta	Regular	1.732.434, 95	04/09/2001	Não houve		
200398	2531.0069 7. 500-6	Vago para uso	Bom	152.369,71	09/08/2001	Não houve		
200398	2543.0004 8. 500-0	Entrega- Administração Federal Direta	Bom	497.276,79	25/11/2008	Não houve		0,00
Total							0,00	0,00

Análise Crítica :

Os imóveis do patrimônio da União atualmente sob a responsabilidade da SR/DPF/PE tratam-se de 03 imóveis, sendo que dois servem como Sedes da Superintendência Regional em Recife e o outro da Delegacia de Polícia Federal em Salgueiro. O terceiro imóvel trata-se de um apartamento para uso em trabalhos de investigação policial, mais que, nos últimos anos, tem tido pouca utilização, por essa razão a unidade está em vias de devolvê-lo ao domínio da Secretaria do Patrimônio da União - SPU.

Todos esses imóveis necessitam passar por novo processo de avaliação uma vez que as últimas avaliações realizadas distam de mais de doze anos para algumas, sendo a mais recente feita em 2008.

Quanto ao imóvel locado, trata-se de uma construção residencial que vem servindo como Sede da Delegacia de Polícia Federal na cidade de Caruaru.

PARTE A ITEM 7 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Preliminarmente, cabe destacar em relação a esse item deste Relatório de Gestão, que as perguntas do quadro A.7.1 do Relatório de Gestão dizem respeito às Políticas de Governança Institucionais e do Planejamento Estratégico de TI, questões eminentemente ligadas à gestão central do Departamento de Polícia Federal.

Nesse contexto, as diretrizes são dependentes de estruturas de gestão como o Comitê de Governança em Telemática e resultam na formulação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e das Comunicações, o qual é de responsabilidade da Unidade Central de TI, no caso a CGTI/GAB/DG/DPF. Essas mesmas estruturas, quando tratadas no âmbito das unidades descentralizadas, assumem caráter tático ou operacional, exatamente pelo fato de constituírem o

desmembramento da estratégia corporativa em adequação à realidade e às atribuições específicas de unidades componentes da organização, portanto, o conjunto de respostas apresentadas estão alinhadas com a política adotada pelo Órgão Central e dizem respeito a todo o DPF.

Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a Serem Avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
x	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
x	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	x aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	x aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	x aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	x aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
x	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
x	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	

x	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
x	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
x	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
x	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.

x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
x	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
x	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
x	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
x	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
x	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).
x	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
x	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(2) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e

aceitos.	
<input type="checkbox"/> no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
<input type="checkbox"/> no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input checked="" type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários:	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
As respostas aos quesitos foram apresentadas pelo Chefe do Núcleo de Tecnologia da Informação da SR/DPF/PE, em 26/03/2014. Convém salientar que os dados referentes a planejamento estratégico da área em questão são obtidos junto à Coordenação de Tecnologia da Informação do DPF, em Brasília/DF. Adicionalmente, algumas ações executadas nesta Unidade Jurisdicionada, no contexto das diretrizes estabelecidas pelo Órgão Central encontram-se mais pormenorizadas em seção específica do presente Relatório.	

PARTE A ITEM 8 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

As informações sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis da UJ estão dispostas no quadro a seguir:

Quadro A.8.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

<i>Aspectos sobre a gestão ambiental</i>	<i>Avaliação</i>				
	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
<i>Licitações Sustentáveis</i>					
<p><i>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</i> 				x	
Coleta seletiva, utilização de papel reciclado, interruptores individuais, redutores de descarte de água para descarga e lâmpadas fluorescentes.					
<p><i>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</i></p>				x	
<p><i>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</i></p>				x	
<p><i>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</i> 			x		
Não realizamos licitação que justificasse a exigência de certificado.					
<p><i>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da</i> 					x
Lâmpadas econômicas, com economia de 20%.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<i>aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</i>					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					x
	Papel reciclado				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
	Sim (x)		Veículos flex e combustível diesel S10.		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			x		
	Nas aquisições realizadas não tem sido viável adotar essa política, ou por não se aplicar ao tipo de produto, ou por questão de garantia dos equipamentos, para o caso de impressoras.				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					x
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					x
	Palestras e informes na intranet.				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					x
<p>Palestras e informes na intranet.</p>					
<p><u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.(3)</p> <p>Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: SELOG/SR/DPF/PE

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

A Unidade Jurisdicionada adotou para o exercício medidas de cunho administrativo, a exemplo da produção de documentos internos por meio de sistema que evita sua impressão, reduzindo com o consumo de papel. Nessa mesma linha, foram adotadas medidas para redução do consumo de água, com a implantação de válvulas que reduzem a quantidade de água quando do uso de descarga, bem como para a redução do consumo de energia, com aquisição de lâmpadas do tipo econômica e com a realização de contrato de fornecimento de energia que leva em consideração o perfil de consumo da unidade. Os dados contidos no quadro A.8.2 a seguir, deixam claro que essas medidas surtiram efeito posto que houve redução nas quantidades e nos valores despendidos com esses itens de despesa da UJ.

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

<i>Adesão a Programas de Sustentabilidade</i>						
<i>Nome do Programa</i>	<i>Ano de Adesão</i>			<i>Resultados</i>		
<i>Carbo Neutro</i>	<i>2011</i>			<i>Plantio de 500 mudas de árvores</i>		
<i>Recurso Consumido</i>	<i>Quantidade</i>			<i>Valor em R\$ 1,00</i>		
	<i>Exercícios</i>					
	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2013</i>	<i>2012</i>	<i>2011</i>
<i>Papel (resma)</i>	<i>1.352</i>	<i>2.000</i>	<i>1.700</i>	<i>15.627,06</i>	<i>19.000,00</i>	<i>15.958,00</i>
<i>Água (m³)</i>	<i>8.106,85</i>	<i>8.262,45</i>	<i>10.481,84</i>	<i>82.696,36</i>	<i>83.863,92</i>	<i>159.638,50</i>
<i>Energia Elétrica (kwh)</i>	<i>895.854,01</i>	<i>928.654,61</i>	<i>1.179.553,32</i>	<i>472.522,91</i>	<i>654.906,95</i>	<i>625.149,04</i>
			<i>Total</i>	<i>570.846,33</i>	<i>757.770,87</i>	<i>800.745,54</i>

ANÁLISE CRÍTICA: Como meio de garantir a gestão ambiental dos recursos renováveis, foi constituída Comissão para a Coleta Seletiva Solidária nesta SR/DPF/PE por meio da Portaria 120/2010 GAB/SR/DPF/PR, a qual permanece em pleno vigor. A Comissão é responsável pela coordenação e implantação dos trabalhos de coleta na Superintendência, bem como, gerir o relacionamento desta Unidade Jurisdicional com associações e cooperativas de catadores de papel. Também merece destaque as ações de cunho administrativo voltadas á redução do consume de papel, mediante a utilização do sistema SIGEPOL para emissão de documentos internos sem necessidade de imprimí-los. Na mesma linha, as ações implementadas para redução do consume de água e energia produziram efeito de modo que esses três elementos de consuso da SR/DPF/PE sofreram redução em 2013, tanto em termos quantitativos como monetários.

PARTE A ITEM 9 DO ANEXO II DA DN TCU N° 127/2013

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

A Unidade Jurisdicionada não recebeu do Tribunal de Contas da União nem do Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal - CGU, no exercício de 2013 e nos dois exercícios anteriores, qualquer deliberação ou recomendação. Em conseqüência, os quadros A.9.1.1 (Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício), A.9.1.2 (Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício), A.9.2.1 (Recomendação do órgão de controle interno atendidas no exercício), A.9.2.2 (Recomendações do OCI pendentes de atendimento no final do exercício), correspondentes e esse tipo de informação, deixaram de ser explicitados.

A UJ também não dispõe de Unidade de Controle Interno e/ou Auditoria Interna, portanto, não há o que explicitar sobre esse ponto. De mesmo modo, não houve no exercício de 2013 situação identificada que caracterizasse dano ao erário, portanto, o subitem de numeração original 9.5 (Medidas Adotadas no Caso de Dano ao Erário) e o respectivo quadro, não teve ocorrência.

9.1 Declaração de Bens e Rendimentos Estabelecido na Lei 8.730/93

O quadro demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR (numeração original A.9.4.1), na SR/DPF/PE os servidores em cargos de Direção e Assessoramento Superior (04 servidores) ao tomarem posse no exercício dessas funções entregaram suas Declarações de Bens e Rendimentos a este SRH/SR/DPF/PE, conforme análise crítica do quadro A.9.1.1, anterior a essas considerações, no item pertinente às informações sobre recursos humanos.

Quadro A.9.1.1 - Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função.	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função.	Final do Exercício Financeiro.
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	29	-	29
	Entregaram a DBR	29	-	29
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: Pasta de Assentamentos Funcionais

Análise Crítica: Nesta UJ o acompanhamento da entrega da DBR dos servidores que ocupam

funções comissionadas (cargos e funções de confiança) é controlado pelo SRH – Setor de Recursos Humanos da SR/DPF/PE, por meio de planilha atualizada quando há alteração de chefia. A entrega da DBR é realizada em forma de autorização de acesso no modelo do Anexo II da Instrução Normativa TCU nº 67, de 06.07.2012, entregue via papel. Os formulários são guardados neste SRH nos assentamentos funcionais do servidor.

9.2 Alimentação SIASG e SICONV

Para este subitem, cabe destacar que a Unidade Jurisdicionada não executa operações passivas de registro no SICONV, tendo apenas informações lançadas no SIASG; portanto, essa declaração refere-se apenas aos dados lançados no SIASG, como segue:

Quadro A.9.2 - Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIAS e SICONV

Denominação Completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Pernambuco	200398
<p>Eu, Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes, CPF nº368.593.623-91, ocupante do cargo de Perito Criminal Federal da Classe Especial, com exercício na Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Pernambuco, declaro, com base em informações prestadas pela Gestão de Contratos/SELOG/SR/DPF/PE, junto aos órgãos de Controle Interno e Externo, que todas as informações referentes a contratos celebrados por esta unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> <p>Recife/PE, 22 de Março de 2014.</p> <p style="text-align: center;">_____</p> <p style="text-align: center;">Agadeilton Gomes Lacerda de Menezes</p> <p style="text-align: center;">Perito Criminal Federal da Classe Especial</p> <p style="text-align: center;">Chefe do Serviço da Administração e Logística Policial/SR/DPF/PE</p>	

10 PARTE A ITEM 10 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.

A Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco, seguindo as diretrizes da Corregedoria Geral da Polícia Federal – COGER/DPF, fez publicar portarias em boletim de serviço estabelecendo os servidores responsável em cada unidade regional (Sede da Superintendência e Delegacias de Caruaru e Salgueiro) pelo recebimento e tratado dos pedidos de informação apresentados com base na Lei de Acesso a Informação.

Ademais, na página do Órgão Departamento de Polícia Federal (www.dpf.gov.br) consta uma aba específica para acesso à informação, tendo como itens: informações sobre atribuições e estrutura organizacional; dados sobre programas, ações, projetos e atividades da Polícia Federal, com relação a metas e resultados alcançados; informações referentes ao resultado de inspeções, auditorias, prestação e tomada de contas realizadas no Departamento de Polícia Federal; detalhes sobre repasses e transferências de recursos financeiros efetuados pela Polícia Federal; informações sobre a execução orçamentária e financeira detalhada da Polícia Federal; informações sobre licitações e contratos administrativos, contratações e atas de registro de preços; informações sobre concursos públicos de provimentos de cargos e relação dos servidores públicos lotados ou em exercício na Polícia Federal; além do rol de informações classificadas e desclassificadas, apresentadas em atendimento ao disposto no artigo 45, incisos I e II do Decreto nº 7.724/2012.

Por fim, há também uma aba específica para pesquisa de opinião dos usuários dos serviços da Polícia Federal, onde este pode opinar sobre a qualidade do serviço prestado.

11 PARTE A ITEM 11 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

11.1 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A unidade Jurisdicionada, pela sua natureza de Unidade Gestora vinculado a um Órgão Orçamentário (DPF), só está sujeita às informações do item 11.1.1 e o respectivo quadro A.11.1.1; as demais informações e quadro deste item da Portaria 175/2013 não se aplicam à UJ.

11.1.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A Unidade Jurisdicionada, sob a supervisão da Setorial Contábil do DPF (SECONT/COF/DLOG/DPF), tem tomado providências para implementação dos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial ao que concerne à Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos, seguindo as orientações da mencionada Setorial Contábil aplicadas a cada caso.

Em relação à aplicação dos dispositivos contidos na NBC T 16.9, a UJ vem realizando a depreciação de bens móveis elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio da ferramenta GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (e-LOG), pelo método linear. Quanto aos demais bens não previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, e a amortização, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação. Não há bens sujeitos a exaustão.

Quanto à aplicação da NBCT 16.10, a UJ realizou a avaliação de bens elencados no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, por meio da comissão de avaliação instituída por meio da Portaria nº 29/2012, de 30/03/2012, em conformidade com as orientações da referida macrofunção e da MOC 11/2011 – DLOG/DPF. Quanto às demais contas patrimoniais não previstas no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, o DPF irá, em conformidade com os itens 13 e 16 da referida macrofunção, propor à STN os critérios e prazos para implementação.

Também foram objeto de avaliação do final do exercício de 2013 as aeronaves mantidas no patrimônio da UG, tendo os ajustes pertinentes sido apropriados à contabilidade do Órgão já no mês de janeiro de 2014.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo (bens móveis) foram as estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30.


O resultado da utilização dos critérios adotados consta em cada laudo emitido – no campo “total da redução.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício:

- a) NBC T 16.9. Sob o ponto de vista contábil, a depreciação gerou uma variação passiva não orçamentária na Demonstração das Variações Patrimoniais. Sob o ponto de vista gerencial, a depreciação evidencia a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, fornecendo uma base monetária mais confiável para efeito de tomada de decisões.
- b) NBC T 16.10. Quanto à avaliação, sob o ponto de vista contábil, o registro da avaliação, considerando a mudança de critérios contábeis previstos no Manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, foi realizado diretamente a conta Ajustes de Exercícios Anteriores do Patrimônio Líquido. Sob o ponto de vista gerencial, a avaliação busca garantir a confiabilidade da base monetária dos itens avaliados, a fim de espelhar o valor justo para a tomada de decisões.

11.1.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis.

Quadro A.11.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO - SR/DPF/PE			200398
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	27/01/2014
Conta dor Responsável	GLADSTON GUIMARAES NAVES 	CRC nº	DF-12534/O-8

Fonte: SECONT/COF/DPF/PE

12 PARTE A ITEM 12 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013

12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

12.1.1 – Realizações de Natureza Operacional

Na busca de alcançar os objetivos e metas estabelecidas para o exercício de 2013, a SR/DPF/PE realizou onze operações policiais de combate à criminalidade organizada que amedronta e causa significativos prejuízos ao povo pernambuco e à sociedade brasileira de um modo geral. O quadro a seguir ilustra em linhas gerais os objetivos e resultados resumidos de cada operação realizada em 2013:

TABELA V – Operações Policiais Realizadas e Resultados Alcançados

Nome da Operação	OBJETIVO	MBA	MPP	MPT	FLAG
SOSSEGO	Desarticular uma quadrilha armada de assaltantes de banco com atuação interestadual.	0	10	0	0

COFRE FÁCIL	Combater quadrilha especializada em assaltos a agências do Correio em todo estado de Pernambuco.	8	8	0	0
BOMBONIERE	Desarticular uma organização criminosa com base em Recife e Goiânia responsável pela distribuição de grande parte da substância entorpecente (drogas sintéticas: ecstasy e LSD bem como maconha e haxixe) consumidas principalmente em festivais de músicas eletrônicas (“raves”) nos estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas.	7	7	0	11
REDE LIMPA II	Combater o crime de ódio, disseminados por meio de imagens que fazem referência ao nazismo e bem como imagens de pornografia infantil.	4	0	0	0
MOROJÓ	Recuperação de bens de valor histórico arrancados do Engenho Morojó, construído no século XIX	5	0	0	0
FAKE WORK	Desarticular organização criminosa responsável por desvio de recursos federais destinados ao pagamento de seguro-desemprego e Bolsa família.	9	2	6	0
CONEXÃO CAPIBARIBE	Desarticular quadrilha de assaltantes de bancos com atuação na Região Metropolitana do Recife	0	4	0	1
FASTIO	Desarticular associações criminosas especializadas em fraudar licitações e superfaturar contratos de fornecimento de merenda escolar e de transporte para Prefeituras	14	0	0	1
RESPOSTA	Obter, através do cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão, informações financeiras sobre pessoas investigadas nos autos de investigação iniciada pelo MPF e atualmente em curso nesta Superintendência, junto a instituições bancárias que descumpriram parcialmente decisão judicial de quebra de sigilo bancário.	5	0	0	0
PLUS	Reprimir atividade de instituição financeira clandestina em Recife/PE.. Participação da SUSEP.	1	0	0	0

Fonte: DRCOR/SR/DPF/PE.

LEGENDAS: MBA-Madado de Busca e Apreensão; MPP-Mandado de Prisão Provisória; MPT-Mandado de Prisão Temporária; FLAG-Flagrante Lavrado.

Ainda no campo do desempenho operacional, a SR/DPF/PE, conta com uma unidade de Centro Intregrado de Combate ao Crime Organizado – CICOR, a qual realiza trabalhos investigativos voltados ao combate ao tráfico de drogas e de armas. Essa unidade apresentou em destaque as seguintes operações policiais:

TABELA VI – Operações Policiais Realizadas pelo CICOR e Resultados Alcançados

Nome	Local	Objetivo	Resultado
*CAPRA	Região metropolitana do Recife	Identificar e prender membros de organização criminosa voltada ao narcotráfico.	03 Flagrantes em Recife
*GUANÁS	Região metropolitana do Recife	Identificar e prender membros de organização criminosa voltada ao narcotráfico.	Em curso
*TALIBÃ	Região metropolitana do Recife	Identificar e prender membros de organização criminosa voltada ao narcotráfico.	Em curso
PRIMO	Região metropolitana do Recife	Identificar e prender membros de organização criminosa voltada ao narcotráfico.	01 Flagrante em Recife
*RETORNO	Floresta e outros municípios do Sertão	Identificar e prender membros de organização criminosa voltada ao narcotráfico.	02 Flagrante na DPF/CRU/PE
ALCATÉIA	Região metropolitana do Recife	Identificar e prender membros de organização criminosa voltada ao narcotráfico.	08 Flagrantes em Recife, 02 em Uberlândia/MG e 02 em Manaus/AM
*AURORA	Região metropolitana do Recife	Identificar e prender membros de organização criminosa voltada ao narcotráfico.	Em curso

Fonte: CICOR/DRE/SR/DPF/PE

A área de Perícia Criminal, responsável pelo processamento dos vestígios materiais apreendidos e encaminhados a exame no seio das diversas investigações e/ou operações da Polícia Federal no Estado de Pernambuco, apresentou os seguintes resultados:

TABELA VII – Produtividade do Setor de Perícias Criminais

TIPO DE DOCUMENTO	ÁREA DE ATUAÇÃO PERICIAL	QUANTIDADE
Informação Técnica		115
Laudo Pericial Criminal	Perícias Contábeis e Financeiras	48
Laudo Pericial Criminal	Perícias de Balística e Caracterização de Materiais	43
Laudo Pericial Criminal	Perícias de Engenharia	15
Laudo Pericial Criminal	Perícias de Informática	129
Laudo Pericial Criminal	Perícias de Local	134
Laudo Pericial Criminal	Perícias de Meio Ambiente	6
Laudo Pericial Criminal	Perícias de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural	4
Laudo Pericial Criminal	Perícias de Química Forense	97
Laudo Pericial Criminal	Perícias de Registros de Áudio e Imagens	32
Laudo Pericial Criminal	Perícias de Veículos	53
Laudo Pericial Criminal	Perícias Documentoscópicas	211

Laudo Pericial Criminal	Perícias Eletroeletrônicas	37
Laudo Pericial Criminal	Perícias em Bombas e Explosivos	1
Laudo Pericial Criminal	Perícias Merceológicas	12
TOTAL LAUDOS PERICIAIS CRIMINAIS		822
TOTAL GERAL (LAUDOS E INFORMAÇÕES)		937

Fonte: SETEC/SR/DPF/PE

Cabe destacar em relação á produtividade do Setor Técnico e Científico que no exercício de 2013 houve uma ligeira redução no número absoluto de Laudos Periciais Criminais produzidos (822) em relação a 2012 que havia sido de 890. Esse fato se deu, especialmente, em razão do recrutamento de Peritos Criminais Federais lotados nesta SR/DPF/PE para atuarem nas atividades de segurança para o Grande Evento (Copa das Confederações) ocorrido em Recife no mês de junho de 2013. Parte significativa do efetivo esteve por cerca de dois meses dedicada às ações de prevenção e contramedidas para esse evento.

Outro setor da SR/DPF/PE que tem uma produtividade voltada especialmente ao atendimento ao cidadão é a Delegacia de Imigração - DELEMIG, principalmente em razão da alta demanda para emissão de passaportes. O quadro seguinte ilustra os principais itens de produtividade desse importante setor da Polícia Federal em Pernambuco:

TABELA IX – Produtividade da DELEMIG/DREX/SR/DPF/PE

<i>ATIVIDADES</i>	<i>QUANTIDADE</i>
Passaportes expedidos	50.183
Carteiras de estrangeiros	20.040
Vistorias em Embarcações de Longo Curso	497
Vistorias em Embarcações de Cabotagem	1.550

Fonte: DELEMIG/DREX/SR/DPF/PB

Nessa mesma linha de atuação encontra-se a Delegacia de Segurança Privada – DELESP, responsável pela fiscalização das empresas de segurança privada, a qual apresentou a seguinte produtividade em 2013:

TABELA VIII – Produtividade da DELESP/DREX/SR/DPF/PE

<i>ATIVIDADES</i>	<i>QUANTIDADE</i>
Fiscalizações de Empresas de Segurança Privada	61
Fiscalizações de Empresas de Segurança Orgância	197

Fonte: DELESP/DREX/SR/DPF/PE

12.1.2 Gestão com Qualidade e Perspectivas de Melhorias nos Controles Internos

No contexto da expansão do programa de gestão pública com qualidade em 2013, inicialmente deve ser destacada a instituição, em 2010, do Escritório de Gestão de Processos – EGPRO/GAB/DG e do Escritório de Gestão de Projetos Estratégicos – EGPE/GAB/DG, ambos vinculados ao Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, no âmbito da Polícia

Federal, diretamente subordinados ao Diretor-Geral e com proposta de espelhamento para as unidades descentralizadas. No caso da SR/DPF/PE, essa unidade está diretamente ligada ao Gabinete do Superintendente Regional e atuando efetivamente no apoio á formatação dos projetos relacionados aos Grandes Eventos (Copa das Confederações e Copa do Mundo FIFA 2014).

Com efeito, foi criado o Escritório de Gestão de Processos – EGPRO, mediante a Portaria nº 1246/2010-DG/DPF, de 09/08/2010, considerando a necessidade de: I) promover o alinhamento entre os processos e os objetivos institucionais e as ações estratégicas contidas no Plano Estratégico da Polícia Federal; II) definição de modelo para Gestão de Processos, sustentada por uma metodologia de identificação, mapeamento, diagnóstico, priorização e aperfeiçoamento de processos, que proporcione, dentre outros, a uniformização de conceitos e procedimentos no âmbito da instituição; e III) melhoria contínua na prestação de serviços ao cidadão, aumento da eficiência operacional, uniformização e simplificação de rotinas internas, redução de custos, minimização de erros e retrabalhos e automação de processos manuais.

Na seqüência, foi instituído o Centro Integrado de Gestão Estratégica – CIGE/GAB/DG, por meio da Portaria 1990/2010-DG/DPF, de 30/11/2010, considerando o objetivo institucional do DPF de fortalecer a cultura de gestão estratégica, a necessidade de integrar e avaliar as iniciativas de modernização da gestão, bem como a política de planejar a administração dos sistemas e macroprocessos da Polícia Federal, de maneira permanente e flexível, a fim de adaptá-los com rapidez às novas metodologias gerenciais e às evoluções de cenários.

Com a formalização do início do projeto, o CIGE deu início às ações relacionadas à efetivação do escopo aprovado. Assim, nos próximos anos, há previsão de que sejam entregues produtos que englobam desde a identificação e o mapeamento dos processos relacionados à Gestão de Projetos, até a formalização de indicadores de desempenho adicionais para o DPF.

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – “GesPública” foi criado em 2005, com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos brasileiros e para o aumento da competitividade do País.

O momento atual do contexto brasileiro exhibe um conjunto de prioridades, tais como a necessidade de elevar os níveis de atendimento ao cidadão, de introduzir melhorias em processos estruturantes e de compartilhar boas práticas relacionadas às pessoas que formam as organizações.

Ante o exposto, há perspectivas futuras de aprimoramento dos indicadores de desempenho já implementados no contexto organizacional de modo a troná-los cada vez melhor no que tange o alcance do objetivo de medir a eficiência e eficácia da Polícia Federal no cumprimento do seu Mister Constitucional e na prestação dos serviços públicos no âmbito de cada unidade da Polícia Federal, bem como desta Unidade Jurisdicionada.

12.1.3 Programa Carbono Neutro

Com relação a programas de sustentabilidade ambiental, no exercício de 2013 a Polícia Federal em Pernambuco realizou ação de plantio de mudas de árvores para a compensação de gases de efeito estufa (GEE), gerada em todas as atividades desenvolvidas pela Unidade. Para o cálculo de medição do impacto ambiental, são levados em consideração: o consumo de combustível, energia elétrica, passagens aéreas e papel. Também foram realizadas palestras para os servidores no

sentido de conscientizá-lo quanto à importância de preservação ambiental e do uso responsável dos recursos naturais.

Embora a maneira mais eficiente de se fixar carbono seja através do plantio de espécies de crescimento rápido, a Polícia Federal preferiu utilizar mudas de espécies nativas e variadas contribuindo, também, para a preservação e recuperação dos biomas de cada região.

12.1.4 Implantação de Sistemas e Processos Eletrônicos

A Polícia Federal em Pernambuco é uma das Regionais pioneiras no DPF na adesão às novas ferramentas eletrônicas de gestão, a exemplo do E-LOG (sistema eletrônico de gestão em logística), SIGEPOL (Sistema de Gestão Policial) e do sistema de registro eletrônico de frequência – REF. Essas ferramentas, em conjunto com outras em processo de implementação, a exemplo do inquérito eletrônico – “e-PROC”, em utilização no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, trarão maior agilidade ao trâmite processual e conseqüente redução de custos e prazos de tramitação entre as Instituições envolvidas. O inquérito policial sem papel gera economia, celeridade e comunicação instantânea com o Ministério Público Federal e com a Justiça Federal.

Atendendo aos mandamentos da Lei Federal 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, a Superintendência da Polícia Federal no Estado de Pernambuco, seguindo diretriz da Direção Geral, tem desenvolvido esforços para cumprir orientações normativas editadas no sentido de que se estabeleçam procedimentos e instruções para a instauração de inquéritos policiais, termos circunstanciados e demais expedientes de Polícia Judiciária da União no âmbito da SR/DPF/PE, bem como, a tramitação de tais peças perante a Justiça Federal e o Ministério Público Federal, tudo no sistema denominado “E-PROC”, administrado pelo TRF/5ª Região.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Sempre procurando melhorar as condições de trabalho dos servidores, que culminará com a melhoria na prestação dos serviços à sociedade, a logística foi incrementada com aquisição de novas viaturas pelo Órgão Central, as quais serão distribuídas para todas as unidades da SR/DPF/PE, inclusive Delegacias descentralizadas em Caruaru e Salgueiro; também foram adquiridos novos equipamentos de informática para a Sede. Foram recebidos materiais provenientes da parceria com a Secretaria Extraordinária Para Grandes Eventos-SEGE, direcionados principalmente para o Setor Telecomunicações de modo a prover a SR/DPF/PE dos equipamentos indispensáveis ao confiável sistema de rádio comunicação, ferramenta imprescindível à segurança pública, especialmente para o Grande Evento Copa do Mundo FIFA 2014.

A cooperação e a política de realizar ações conjuntas e intercâmbio com outros Órgãos do Governo, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, também possibilitou êxito de diversas operações desencadeadas, conforme ilustrado na tabela de operações policiais.

Trabalho contínuo vem sendo desenvolvido no sentido de aprimorar os controles sobre utilização de recursos de modo a permitir uma utilização mais eficiente e eficaz, contribuindo assim com o cumprimento da missão do DPF com o menor custo para a sociedade – incluindo utilização da infraestrutura da rede Dpfnet, utilização de espaço em disco, utilização de recursos de telefonia, entre outros.

Também no bojo da política de controle de custos, foram adotados rigorosos controles de uso de viaturas policiais, por meio do sistema SIGEPOL, o que possibilitou significativa redução dos custos com combustível e manutenção veicular.

As restrições e limitações encontradas para o desenvolvimento das atividades consistiram basicamente na escassez crônica de recursos humanos - principalmente nas atividades de apoio - e de recursos financeiros.

Foram enfrentadas dificuldades quanto aos limites orçamentárias impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da Unidade Jurisdicionada. Ações, junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Superintendência. Estratégias decorrentes também tiveram que ser adotadas em virtude de mudança de cenários durante a execução das ações, como conseqüência de outros problemas, como a crise econômica em alguns países da Europa, que acarretaram diretrizes para contenção de gastos governamentais.

Destaque-se finalmente que foram desenvolvidos esforços no sentido de sensibilizar a alta administração do Órgão e do Ministério da Justiça no sentido de fazer contar na programação orçamentária para 2014, recursos suficientes para a contratação do projeto executivo voltado à realização de ampla reforma estrutural no Edifício Sede da SR/DPF/PE, uma vez tratar-se de uma construção com mais de quarenta anos e que, por essa condição, necessita por esse processo de reforma.

As Metas estabelecidas para o exercício foram parcialmente alcançadas, em alguns casos em patamares superiores ao planejado, especialmente na área operacional, demonstrando a capacidade de superação das dificuldades da Administração e dos seus servidores.

Diante do exposto no presente Relatório, pode-se concluir que a SR/DPF/PE atuou no exercício de 2013, em consonância aos objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública federal, contribuindo de forma sistêmica para que o Órgão Polícia Federal pudesse alcançar os objetivos traçados para os programas de governo finalísticos para os quais é chamado a contribuir no PPA 2012/2015, a exemplo do Programa Temático (finalísticos): 2070 – Seguranças Pública com Cidadania – PRONASCI, e nos demais Programas afetos às unidades da Polícia Federal na área de manutenção administrativa do Órgão.

MARCELLO DINIZ CORDEIRO

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional

SR/DPF/PE